



# Anais da Assembléia

Nº 119

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE AGOSTO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Klaise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rany Borsato; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Selema - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Trajano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**Projetos de Resolução:**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

**SÚMULA:** Aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 1995.

**DATA:** 25 de junho de 1997.

**RESOLUÇÃO Nº 030/97**

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas da Assistência Social dos Senhores Deputados, conforme Resolução nº 55/83, relativa ao exercício financeiro de 1.995.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SÚMULA:** Aprova a prestação de contas da Assistência Social dos Srs. Deputados, Resolução nº 55/83, relativa ao exercício financeiro de 1995.

**RESOLUÇÃO Nº 031/97**

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1.995.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**RESOLUÇÃO Nº 032/97**

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1.994.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SÚMULA:** Aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 1994.

**RESOLUÇÃO Nº 033/97**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da Subvenção Social dos Senhores Deputados, conforme Resolução nº 15/92, relativa ao exercício financeiro de 1995.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 25.06.97.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1997  
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Norácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Al-

borghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pêrides Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1814**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 352/97, de minha autoria, que visa criar o Escritório Regional da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) DULIO GENARI

**REQUERIMENTO Nº 1798**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, Dispensa de Discussão e Votação da Redação Final aos projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) CESAR SELEME

**REQUERIMENTO Nº 1793**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Profundo Pesar, pelo falecimento da Senhora Marli Scotti, do Município de Francisco Beltrão.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Grande parcela do Sudoeste do Paraná se encontra em Estado de consternação pelo passamento de Marli Scotti, ocorrido no último dia 07 de agosto.

Filha de Italina e Armando Scotti, irmã do ex-Prefeito de Nova Prata do Iguaçu, Edgar Scotti, a protética Marli teve uma vida dedicada e de comportamento exemplar. Semeou junto à população ao longo de sua existência, as sementes da sabedoria e de uma vida correta e digna.

Deixa a família e amigos, que certamente saberá homenageá-la também com uma conduta espelhada nos bons exemplos herdados dessa que Deus chamou para o outro mundo.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Scotti, endereçando a ela, votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

**REQUERIMENTO Nº 1794**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

Votos de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor Zelindo Ferrari, do Município de Chopinzinho-PR.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Tronco de numerosa família, deixa esposa, filhos e netos. A eles, deixa também como legado uma vida toda ela de correção, honestidade e integridade.

Participou ativamente da vida comunitária da cidade que escolheu para viver.

O Município de Chopinzinho se encontra em estado de profunda consternação e tristeza pelo falecimento do Senhor Zelindo Ferrari, um pioneiro da cidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, Votos de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor Nagano Kanzi, no Município de Curitiba, neste Estado.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Fernando Amaro, 1521 - CEP: 80050-020 - Cristo Rei - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) ALBANOR GOMES

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Nagano Kanzi, viúvo da Senhora Tomiko Nagano, teve 8 filhos, 22 netos e 6 bisnetos.

Nascido no Estado de São Paulo, mudou-se para Araucária em maio de 1958, contribuindo para a formação da Colônia Fazendinha, sendo um dos pioneiros. Mais tarde, expandiu seus negócios para Santa Catarina, na localidade de São João dos Cavalheiros, Município de Três Barras, onde se destacou como o primeiro produtor oficial de semente certificada de batata naquele Estado. Por sua constante busca do aprimoramento na agricultura foi reconhecido pelo Ministério da Agricultura como modelo de produtor rural em Santa Catarina, tendo recebido também o prêmio Kiyoshi Yamamoto do Ministério da Agricultura do Japão.

Exerceu o cargo de Diretor da Regional Sul da Cooperativa Agrícola de Cotia, em Curitiba. Posteriormente, passou a fazer parte do Conselho Fiscal. Foi também membro do Conselho Fiscal do Banco América do Sul.

Em todos os lugares em que viveu, fez um grande número de amigos, sempre prestando relevantes serviços à coletividade. Por esse modo de ser e de agir, foi homenageado com título de cidadão honorário de Curitiba, e ainda de Canoinhas e Três Barras, em Santa Catarina.

Na década de 70 transferiu-se para Curitiba, porém, seus filhos continuaram na atividade agrícola.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na pessoa deste Deputado se alia à dor da família enlutada.

#### REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente,

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata deste Poder Legislativo e formulado à família enlutada um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do comerciante Zico Martins Orane, ocorrido no último dia 12 de agosto.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O passamento do comerciante Zico Martins Orane do seio de sua família e até mesmo da sociedade ponta-grossense consternou toda a comunidade daquela cidade a qual nos somamos.

#### REQUERIMENTO Nº 1800

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações à Rádio Educadora de Dois Vizinhos, pela passagem do 20º Aniversário de sua fundação, transcorrido no último dia 05 de agosto, pelos brilhantes serviços prestados à comunidade de Dois Vizinhos e região Sudoeste.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente, O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, presidido pelo trabalhador rural Luiz Manoel da Silva, em virtude das atividades que desenvolve em defesa dos trabalhadores rurais e da agricultura do Município.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Luiz Manoel da Silva, nascido aos 21 de setembro de 1945, em Carangola, Estado de Minas Gerais, casado com Maria de Lurdes da Silva, com quem tem cinco filhos - Adenilson, Adilson, Sirley, Adelson e Edson, chegou ao Paraná em 1966. Trabalhador rural, como tantos no Brasil, injustiçado pelo tempo e pela inexistência de programas permanentes de governo, estabelece domicílio na região do Vale da Ribeira em 1980. Luiz Mineiro como é conhecido entre os trabalhadores rurais, conhece a dura vida da agricultura na região, incluindo na difícil situação dos trabalhadores, o isolamento pela falta de estradas para escoamento da produção.

Luiz Mineiro decide com outros trabalhadores, fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, em 17 de junho de 1995, com o objetivo de organizar a categoria e buscar junto a órgãos do Estado e da União, apoio à agricultura e aos trabalhadores do novo Município de Doutor Ulysses.

Pela sua força de vontade e motivação que transmite à categoria, Mineiro foi lançado candidato a Câmara Municipal pelo PMDB, concorreu à eleição em 1992, onde conseguiu resultado positivo, ficando no parlamento municipal por quatro anos, representando os trabalhadores rurais. Pela representatividade parlamentar na Câmara Municipal e a continuidade do trabalho sindical, Luiz Mineiro foi lançado pela classe em 1996, para concorrer a Prefeitura do Município. Infelizmente o resultado deste pleito não foi positivo para os trabalhadores.

A única alternativa aos trabalhadores rurais do Município é o Sindicato, assim como em tantas outras regiões do Estado e do Brasil. Desta forma, o Sindicato e sua diretoria, são merecedores de todas as homenagens desta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações ao Senhor Manoel Rodrigues do Amaral, membro do Conselho Estadual de Saúde do Paraná e do Conselho Municipal de Saúde de Londrina, pelos relevantes trabalhos desenvolvidos em defesa dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, de Londrina e do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Manoel Rodrigues do Amaral, nascido em 29 de agosto de 1942, na Cidade de Bandeirantes, casado com Juvercina Vieira do Amaral, com quem tem uma filha. Estabeleceu domicílio em Londrina, em 1961, quando iniciou sua militância no movimento popular e sindical.

Manoel, auxiliar de enfermagem da Santa Casa de

Londrina, Presidente da Associação dos Funcionários da Santa Casa, Presidente do Conselho Fiscal da Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado do Paraná, vice-Presidente da Federação das Associações de Moradores de Londrina - FAMOL, membro da Coordenação Geral da União Por Moradia Popular do Paraná - UMP, membro do Conselho Municipal de Saúde de Londrina e do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, tem sua vida voltada aos interesses comunitários, especialmente na área da saúde pública.

Manoel, tem merecido destaque em sua participação no Conselho Estadual de Saúde, onde representa os usuários do Sistema Único de Saúde SUS, representando as Associações de Moradores do Paraná, por sua presença em todas as reuniões e outras atividades do CES, como na organização da III Conferência Estadual de Saúde, a ser realizada em novembro na Cidade de Curitiba e pela defesa intransigente dos interesses dos usuários da saúde pública em nosso Estado. Manoel é reconhecido pelo seu desempenho e responsabilidade, tanto pelo Secretário de Estado da Saúde como pelos demais membros do CES e pela comunidade que com dignidade representa.

#### REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações ao Senhor Euclides Gonçalves, membro do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná, pelos relevantes trabalhos desenvolvidos em defesa dos usuários e do Sistema Único de Saúde - SUS.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Euclides Gonçalves, nascido na cidade de Arapongas, em 07 de maio de 1943, casado com Belmira Lopes Gonçalves, com quem tem cinco filhos, comerciante e militante do movimento de associações de moradores na área de saúde.

Euclides, fundador da Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMOPAR, em 1986, da União das Associações de Moradores do Município de Arapongas - UAMMA e da União Por Moradia Popular do Paraná - UMP. Atualmente atua na UAMA, na União Por Moradia Popular do Paraná - UMP e no Conselho Estadual de Saúde, onde representa as Associações de Moradores do Paraná.

Como membro atuante do Conselho Estadual de Saúde, tem recebido das entidades que representa diversas homenagens, em virtude de sua brilhante participação no CES, na defesa dos usuários do Sistema Único de Saúde de Arapongas e do Estado do Paraná e na organização da III Conferência Estadual de Saúde do Paraná, a ser realizado em novembro em Curitiba, demonstrando assim a importância do controle social do sistema público de saúde no Brasil.

#### REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações à A.J. RORATO & CIA LTDA, indústria e comércio de pias e armários para cozinha, localizada na Cidade de Araruna, de propriedade do Sr. Antonio de Jesus Rorato, pelas relevantes atividades desenvolvidas em benefício da população do Município e Região.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada por Antonio de Jesus Rorato, nascido em Neves Paulista, em 04 de junho de 1947, chegou ao Paraná em 1969, e em 20 de julho de 1973, fundou a A.J. RORATO & CIA LTDA, empresa que produz e comercializa pias e armários para cozinhas, com sede na Cidade de Araruna, fornecendo ao Município e região mais de 600 empregos diretos e indiretos.

A A.J. RORATO, comercializa seus produtos no Estado de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Minas

Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Rondônia, Acre e Paraná, levando assim para todo o Brasil, produtos de alta qualidade, dentro dos melhores padrões.

A empresa exerce uma grande influência no Município e na Microrregião 12, resultado dos empregos, do tratamento social dispensado aos trabalhadores, pelo recolhimento de tributos, qualidade dos produtos e pela eficiente administração. Estes fatores levaram a empresa a ser uma das maiores da região, resultando inclusive em credibilidade administrativa ao seu proprietário, levando-o por duas vezes a Prefeitura do Município de Araruna.

Geração de emprego, respeito aos trabalhadores, melhor qualidade de vida, recolhimento de tributos e produtos de qualidade, empresas com estes fatores devem ser diariamente lembrados pelas autoridades, motivando os seus proprietários para o aspecto social das empresas e para dar exemplo a toda comunidade paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 1810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações à Fundação Educacional, Sindical e Assistencial do Iguaçu, com sede na Cidade de Cascavel, presidida por Hilmar Adams, pelas relevantes atividades desenvolvidas a partir de 25.08.92, data de sua fundação, em benefício da comunidade que representa, nas áreas de educação, saúde, capacitação profissional, jurídica e sindical.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Fundação Educacional, Sindical e Assistencial do Iguaçu - Fundação Iguaçu, completa no próximo dia 25 de agosto de 1997, cinco (5) anos de bons serviços prestados aos trabalhadores de Cascavel e Região. Fundada por cinco (5) sindicatos da Cidade de Cascavel, a Fundação Iguaçu é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, instituída por sindicatos de trabalhadores e líderes sindicais, com o objetivo de apoiar, assistir e propor ações para garantir a dignidade e melhores condições de vida aos trabalhadores em geral, de Cascavel e Região.

Desenvolve atividades diretas no atendimento coletivo de trabalhadores, da seguinte forma: Firma Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho; Convênios para atendimento médico/laboratorial e odontológico; Convênios para treinamento profissional de trabalhadores; Participa através de seus instituidores, como membro de diversas entidades e instituições, como: Conselho do Hospital Regional de Cascavel, Conselho Municipal do Trabalho, Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico, Conselho da Universidade Estadual do Oeste, Conselho Regional para o Desenvolvimento da Educação, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal da Previdência Social, Conselho Municipal para Administração de Transporte Coletivo e Conselho Municipal de Habitação. Criou a Cooperativa dos Trabalhadores urbanos, para atender trabalhadores desempregados.

O atendimento individual gratuito dá-se através do departamento jurídico, assistência trabalhista na hora da demissão; assistência médica, odontológica e laboratorial ao trabalhador associado e sua família; profissionalização através de cursos de capacitação e atendimento personalizado ao trabalhador que comparece à sede, no encaminhamento de solução para o seu problema.

A Fundação Iguaçu é formada por onze sindicatos de trabalhadores e duas cooperativas.

#### Sindicatos Instituidores:

Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Cascavel e Região - SITRO;  
Trabalhadores em Transporte de Cargas da Região - SINTROVEL;  
Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano - SINTRACOVEL;  
Empregados em Empresas de Transporte de Passa-

geiros - SINETRAPITEL e Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários - SICATROBEL.

Sindicatos Associados:

Trabalhadores na Indústria da Madeira e Mobiliário - SINTRIMMOG;  
Trabalhadores Cooperativas Agropecuárias - SINTRACOOOP/Cascavel;  
Trabalhadores Rurais de Cascavel - SINDIRURAL;  
Trabalhadores Cabeleireiros, Esteticistas e Manicures - SINCAOESTE;  
Trabalhadores Vendedores Volantes da Região - SINDIVOLANTES e  
Trabalhadores Empregados de Empresas Farmacêuticas - SINTEFARVEL

Entidades Assistenciais:

Cooperativa dos Trabalhadores Volantes Rurais do Oeste e  
Cooperativa dos Trabalhadores Urbanos Ltda - COOSETRUL.

Dentre os seus objetivos está a profissionalização de trabalhadores, os quais já receberam cursos de capacitação nas seguintes áreas:

Capacitação de Motoristas;  
Capacitação de Cobradores;  
Noções de Segurança no Trabalho;  
Arrumação de Cargas;  
Conferência de Cargas;  
Programação, Coleta e Entrega;  
Qualidade nos Serviços de Coleta e Entrega;  
CIPA;  
MOPE;  
Direção Defensiva;  
Qualidade e Atendimento ao Usuário;  
Capacitação de Motoristas de Táxi;  
Condução de Veículos Escolares;  
Monitores de Ônibus Escolar;  
Relações Humanas;  
Cursos Básicos de Secretárias;  
Informática;  
Auxiliar de Enfermagem;  
Entre outros cursos profissionalizantes.

A Fundação Iguaçu, sobrevive financeiramente das doações mensais de seus sindicatos instituidores, de sindicatos conveniados, de doações espontâneas que eventualmente recebe de Convênios para realização de tarefas específicas. Convém ressaltar que os diretores da Fundação Iguaçu, quanto as suas funções, não recebem nenhum salário a qualquer título, e os recursos arrecadados se destinam especificamente a realização de seus objetivos.

Hoje, o trabalho principal está no Departamento de Apoio Sindical, que administra as atividades do dia-a-dia dos sindicatos integrantes do sistema. Na sequência, vem o Departamento de Assistência Social, que atende todos os trabalhadores, que necessitam de atendimento de saúde. Deseja a Fundação fazer do Departamento de Educação e Profissionalização o carro chefe de toda sua estrutura.

#### REQUERIMENTO Nº 1799

Senhor Presidente,

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER à Mesa, após oitiva do duto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, sugerindo a criação de um Pólo Agroindustrial na Região Noroeste, liderado pelo Município de Paranavai, conforme Projeto de Lei de minha autoria, que ora inicia seu trâmite nesta Casa de Leis.

A presente solicitação é um justo anseio de toda a população da Região Noroeste do Estado do Paraná, e conta com o apoio da Associação dos Municípios do Noroeste paranaense e, em especial do Município de Paranavai, que tenho a honra de representar, em reconhecimento, ao espírito empreendedor de seus cidadãos, conforme demonstra-

mos na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em apertada síntese histórica, o município de Paranavai, já demonstrava na década de 30 o espírito empreendedor de seus primeiros colonizadores, externando a sua vocação como região agrícola - e mais tarde como município, quando na Fazenda Brasileira foram plantados mais de um milhão de pés de café e, que tinha à sua frente personagens que se tornariam ilustres como Lindolfo Collor de Mello, mais tarde Ministro de Estado do Governo Getúlio Vargas e Lantúlo Alves, segundo interventor federal no Estado da Bahia.

Já naquela época absorveram na região mão-de-obra, de tal forma que Paranavai tornou-se município sem passar pelo estágio de distrito. Tal era sua movimentação e dinâmica, além de sua proximidade das fronteiras com São Paulo e Mato Grosso do Sul, que estes pontos favoráveis vieram estabelecer a ascensão econômica do Paraná moderno.

Com o advento do MERCOSUL, criou-se a necessidade de se empreender uma verdadeira cruzada pela melhoria de qualidade e aumento da produtividade em todas as regiões do nosso Estado.

O Paraná tem posição geográfica privilegiada em relação ao MERCOSUL que por suas fronteiras torna-se o "Portal do MERCOSUL" e a execução de projetos que elevem o índice da oferta de empregos em nossa Região é a justificativa de nosso requerimento, que evitará o êxodo rural e proporcionará melhoria considerável da qualidade de vida do Paraná e dos paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido atender o pedido da Sra. Gleise Regina Schmidt, residente à Rua Alzira de Araújo Souza nº 221 - Atuba, a qual solicita reparos nessa rua. O pedido está sendo feito em nome de todos os moradores, uma vez que já foi encaminhado abaixo-assinado à Prefeitura, porém os reparos ainda não foram executados, informações complementares podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 261-9937.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 1804

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano, solicitando informações sobre o motivo do indeferimento do pedido da Prefeitura Municipal de Cambará, referente a transferência de local da pavimentação asfáltica dos conjuntos habitacionais Dr. Genaro Resende e Octávio Rodrigues, para o conjunto habitacional A. Bergamaschi, do programa Paraná Urbano, requerido pela Prefeitura Municipal e deferido pela AMUNORPI.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI.

Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 359/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - A taxa de estadia prevista no anexo da Lei nº 11019 de 28 de dezembro de 1994, incidente sobre os veículos e ciclomotores apreendidos nos Pátios do DETRAN-PR, fica reduzida a 20% (vinte por cento) do montante devido.

Art. 2º - O total apurado poderá ter o seu recolhimento parcelado em até 06 (seis) parcelas iguais.

Art. 3º - A presente lei terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da sua publicação e será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

É sabido por todos que os Pátios do DETRAN-PR, em todo o Estado, estão abarrotados de veículos e motos apreendidos pelo Órgão Público.

Recentemente, este Poder Legislativo, foi autor de Projeto de Lei de isenção de ICMS e multas do DETRAN-PR, agora é a vez de isentarmos os devedores de taxa de estadia, cujos veículos estão nos Pátios do DETRAN.

A benesse, ora apresentada, vem coroada da mais lícita justiça, pois sabemos que quem mais está necessitado é o proprietário de veículo e ou moto que às vezes tem este como seu único bem.

Não é demais salientarmos também, que após a apreensão, os veículos e ciclomotores, ficam expostos ao relento, sem nenhuma proteção das intempéries do tempo que ocasiona a deterioração dos mesmos.

Repetimos, somente os proprietários de pequenas posses é que são prejudicados, pois além do valor da taxa, quando acumulada, ser muito alto, às vezes seu único bem está sendo vilipendiado pelo tempo.

PROJETO DE LEI Nº 360/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de "Cidadão Benemérito do Paraná" ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Chesneau Lenz César.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O desembargador Henrique Chesneau Lenz César, eminente Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, através de seu profluo e incansável trabalho dedicado à justiça, tem elevado o nome do nosso Estado junto à cultura forense nacional.

O Desembargador Henrique Chesneau Lenz César, bacharelou-se em Direito, pela UFPR em 1951, e desde então toda a sua vida tem sido dedicada às atribuições judiciais, prestando ao longo destes anos um exemplo de serviço à sociedade.

Pelo brilhantismo de sua conduta, recentemente foi agraciado com o Título de Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário, conferido pelo Tribunal Superior do Trabalho, atestando que se hoje, o Judiciário Paranaense é forte, independente e respeitado, deve, ao menos, uma parcela dessa grandeza ao Desembargador Henrique Chesneau Lenz César.

O curriculum vitae que anexamos ao presente comprova a capacidade do jurista bem como a justeza da homenagem ora proposta, outorgando a este Paranaense o Título de Cidadania Benemérita.

PROJETO DE LEI Nº 361/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual para reparação de interesses difusos lesados, na forma dos arts. 13 da Lei nº 7345/85, 100, parágrafo único da Lei nº 8.078/90 e 29 do Decreto Federal nº 2.181/97.

Parágrafo Único - O fundo de que trata esta Lei destina-se à reparação dos danos causados ao consumidor, meio ambiente, garantias constitucionais, assim como a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico no território do Estado do Paraná.

Art. 2º - Constitui receita do Fundo:

I - Indenizações decorrentes de condenação pelos danos mencionados no art. 1º, e multas decorrentes do descumprimento de decisões judiciais;

II - Multa proveniente da execução de obrigação assumida e não cumprida em compromisso de ajustamento de conduta, firmado perante órgãos públicos legitimados do Estado;

III - Transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

IV - Contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - Outras receitas que lhe forem destinadas por lei regulamentada, acordo ou convenção.

Art. 3º - Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em conta especial no Banco do Estado do Paraná, à disposição do Conselho Gestor de que trata o artigo 4º.

§ 1º - Fica autorizada a aplicação das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 2º - O banco comunicará imediatamente, ao Conselho Estadual os depósitos realizados a crédito do Fundo.

Art. 4º - O Fundo será gerido por Conselho Estadual, sediado na Capital do Estado, com a seguinte composição:

I - um representante do Ministério Público Estadual de 2º Grau;

II - um representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania;

III - um representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

IV - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

V - um representante da Secretaria de Estado da Cultura;

VI - um representante da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e do Desenvolvimento Econômico;

VII - um representante da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo;

VIII - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

XI - três representantes de Associações instituídas de acordo com o art. 5º incisos I e II, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

§ 1º - Os representantes das Associações a que se refere o item IX, serão designados anualmente pelo Presidente do Conselho, dentre as indicações feitas por entidades cadastradas junto à Secretaria Executiva.

Art. 5º - Ao Conselho Estadual no exercício da gestão do Fundo compete:

I - elaborar seu regimento interno no prazo de 90 (noventa) dias;

II - prestar contas aos órgãos competentes na forma legal;

III - zelar pela utilização prioritária dos recursos na reconstituição dos bens lesados, no próprio local onde o dano ocorrer.

IV - firmar convênios e contratos com o objetivo de elaborar, acompanhar e executar projetos pertinentes às finalidades do Fundo;

V - examinar e aprovar projetos de reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos valores de que trata o artigo 1º.

VI - elaborar, semestralmente, ou sempre que solicitado por autoridade competente, relatório sobre a aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 6º - O Conselho Estadual reunir-se-á ordinariamente em sua sede, em data fixada no regimento interno podendo reunir-se extraordinariamente em qualquer tempo.

Art. 7º - A participação do Conselho Estadual é considerada serviço público relevante, vedada a sua remuneração a qualquer tempo.

Art. 8º - O Governador do Estado regulamentará esta lei dentro de 90 (noventa) dias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) JOEL COIMBRA.

JUSTIFICATIVA:

A proposição em referência atende comando de legislação federal superior, instituída para proteger os interesses das coletividades frente às violações ou risco de violações de seus direitos, diante das implicações produzidas pela sociedade moderna.

Tomando-se em conta os interesses protegidos, classificam-se os direitos em individuais e coletivos. Estes



abrangem os interesses difusos; interesses individuais homogêneos e interesses coletivos propriamente ditos. São interesses que atingem a todos sem referir-se especificamente a alguém. Várias hipóteses podem ser lembradas para auxiliar o entendimento, tais como a poluição de um rio, que contamina populações inteiras; a distribuição de alimento contaminado (ex: o leite importado tempos atrás da região de Chernobyl, na URSS); a ocorrência de defeitos de fabricação em veículos produzidos em série (problemas verificados com frequência em veículos automotores); a distribuição de gás liquefeito de petróleo em recipientes deteriorados ou mal conservados etc.

Perante tais situações fica extremamente difícil, quando não impossível, a defesa individual. Daí a legislação moderna permitir a defesa coletiva, seja por intermédio dos cidadãos, individualmente considerados ou "através de associações", seja por meio de órgãos legitimados do Poder Público.

Dentre os mecanismos de proteção figura a exigência de reparação dos bens lesados. Dentre esses mecanismos é que se enquadra o "Fundo" previsto na proposição ora apresentada.

A Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 prevê, em seu artigo 13, a criação do "Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, destinados a reparar danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infrações à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos".

O Decreto federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, ao regulamentar a Lei Federal nº 8078, que instituiu o Código Brasileiro de Defesa ao Consumidor, determina em seu artigo 29 que as multas arrecadadas em razão do disposto nos artigos 56 - I e 57 do Código de Defesa do Consumidor, reverterão para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

Surge aqui então a conveniência da Lei ora proposta. É que o Decreto acima referido determina que não existindo fundos no respectivo Estado os recursos recebidos serão depositados no "Fundo Federal" (ver art. 29 e 31).

É importante ressaltar que nenhuma despesa resultará dessa Lei para o Estado. Ao contrário, ela carregará para os cofres públicos recursos que hoje são desperdiçados, não aproveitados ou desviados para o Governo Federal.

Vários Estados do Brasil já contam com legislações como essa. Como exemplo podemos citar São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, além de outros.

A matéria está na esfera de competência do Poder Legislativo. Preenche também os requisitos de "legalidade regimental e de técnica legislativa". No mérito é de indiscutível importância.

Pelo exposto, confiamos em sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 362/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - A remoção de veículos das vias terrestres públicas ou abertas à circulação pública no Paraná é serviço público do Estado e rege-se-á por esta lei.

Parágrafo Único - O serviço de que trata o "caput" deste artigo pode ser explorado diretamente ou delegado a terceiros, sempre através de licitação.

Art. 2º - Serão objeto de remoção os veículos:

I - Em situação irregular, nos casos previstos expressamente na legislação de trânsito.

II - Apreendidos, nos termos da lei ou por decisão judicial.

III - Abandonados, avariados ou que estejam obstando ou dificultando a circulação.

Art. 3º - A remoção dependerá sempre da presença no local da autoridade competente, ou seu agente, que lavrará o auto respectivo e notificará o infrator, aplicando a multa cabível.

Art. 4º - No auto de remoção constarão obrigatoriamente, além do nome do proprietário e ou condutor do veículo, local, data e horário onde foi encontrado, as seguintes notações:

I - os equipamentos visuais do veículo (rádio, toca-fitas, antena, calotas removíveis e outros);

II - descrição sucinta dos danos porventura apresentados pelo veículo.

III - breve descrição do estado geral do veículo, no seu aspecto externo;

IV - motivo da remoção;

V - data, assinaturas e indicações de pelo menos duas testemunhas que tenham presenciado a remoção ou a lavratura do auto.

Art. 5º - A exceção do disposto no inciso II do art. 2º, nenhum veículo será removido se o condutor ou proprietário, devidamente habilitado, estando presente e em condições de dirigir se dispuser a fazê-lo de imediato.

Parágrafo Único - A remoção realizada nas condições do "caput" deste artigo não elide a infração, nem obsta a aplicação da penalidade cabível.

Art. 6º - Os veículos removidos serão levados imediatamente para depósito em local apropriado e de conhecimento público, ficando sob a guarda e responsabilidade do poder público ou seu delegado.

Art. 7º - Os locais destinados aos depósitos de veículos removidos serão organizados com pessoal capacitado e instalações adequadas, com plantão permanente 24 horas para:

I - recebimento e liberação de veículos;

II - recebimento de tarifas ou expedição dos documentos necessários a seu recolhimento.

III - realização de vistorias e expedição dos laudos respectivos.

Art. 8º - A vistoria de que trata o inciso III do artigo anterior será realizada logo após o recebimento do veículo, com o objetivo de registrar o estado em que está sendo recebido, observado o disposto no artigo 4º, incisos I, II e III.

Art. 9º - Para uso dos órgãos competentes e informação aos legitimamente interessados, os depósitos manterão obrigatoriamente um registro de entrada e saída de veículos.

Parágrafo Único - No registro de que trata o "caput" deste artigo, o condutor ou proprietário, ao retirar o veículo, registrará eventuais danos ou falta de equipamentos e ou acessórios, ou ainda a sua conformidade com o estado em que recebeu o mesmo.

Art. 10 - Os veículos serão retirados no prazo legal serão levados a leilão pública, obedecidas as formalidades estabelecidas em lei.

Art. 11 - Dentro de 90 dias o Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta proposição é regulamentar a remoção de veículos das vias públicas no Estado. Com isso resolvemos uma questão antiga, que tem ocasionado uma série de conflitos e descontentamentos, a desafiar tanto as autoridades policiais como as autoridades de trânsito.

Hoje reina confusão no setor. Tanto o poder público como o a iniciativa privada realizam a remoção de veículos das vias públicas. Porém, sem definição de normas, sem critérios para estabelecer o modo, a oportunidade e o preço de serviços bem como a sua abrangência, não é raro acontecerem descontentamentos que acabam comprometendo não só a paz social como o prestígio da administração pública.

Dai a imprescindibilidade da ação legislativa para, através da lei, regulamentar a matéria e garantir a ordem.

A proposta estabelece as normas gerais sobre a remoção. Aspectos específicos dela resultantes tais como a forma, a definição do campo de ação das autoridades constituídas no âmbito da administração pública estadual, responsabilidade funcional, civil e contratual e outros elementos afins são reservados para regulamentação da lei, respeitando-se dessa forma a competência do poder executivo.

Considere-se, finalmente, que a proposição é constitucional e legal. Preenche também os requisitos de técnica legislativa além do que produzirá inegáveis benefícios à coletividade. Por estas razões contamos com sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 363/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído na rede estadual de ensino o Programa de Vitaminização da Merenda Escolar, destinado a introduzir alimentos previamente enriquecidos por vitaminas e ferro na composição da merenda escolar distribuída aos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 2º - A introdução de produtos vitaminados na merenda escolar deverá ser gradual e balanceada, observando-se as carências vitamínicas mais frequentes da população estudantil.

Art. 3º - A seleção dos alimentos que comporão a merenda escolar obedecerá critérios a serem fixados por médicos e nutricionistas que avaliarão sua contribuição e correta aplicação destas na dieta alimentar dos alunos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição do presente Projeto de Lei que institui o Programa de Vitaminização da Merenda Escolar na Rede Estadual de Ensino é motivada por vários aspectos a seguir relacionados:

1º - Inicialmente, com a utilização de alimentos enriquecidos com vitaminas e ferro, a curto e médio prazo, a qualidade nutritiva das refeições servidas na Rede Estadual de Ensino apresentará uma melhora significativa.

Ressalte-se que a abrangência dos produtos enriquecidos no Programa de Alimentação Escolar atingirá elevada quantidade de crianças, uma vez que abrangerá a totalidade de alunos das escolas estaduais.

Outro dado importante, é o aspecto de que na grande maioria das escolas, as refeições servidas para as crianças soa, em grande número, as únicas por elas recebidas durante o dia.

2º - Um segundo aspecto diz respeito a um fato estritamente cultural no que se refere a um programa de educação alimentar. Mudanças de hábitos secularmente enraizados levam muito tempo e com outro agravante, ou seja, os alimentos ricos não atingem as camadas mais pobres da população.

A solução ideal, como sustentam a maioria dos especialistas, seria então a diversificação dos alimentos. Entretanto, não resolveria integralmente ao problema das carências específicas. A saída mais rápida é o enriquecimento dos alimentos, principalmente no Brasil, onde os contrastes sociais são gritantes, possibilitando assim às populações mais carentes, o resgate da própria cidadania.

3º - Diversas autoridades educacionais a nível estadual e federal, bem como, demais especialistas, analisando os vários fatores que colaboram para os índices de reprovação nas escolas, relatam que afóra os demais externos e internos (ausência de condições educacionais, carência afetiva, falta de acompanhamento do estudo, etc.), a "carência alimentar" apresenta significativa participação na reprovação escolar.

4º - Dados da UNICEF indicam que para cada R\$ 1,00 aplicado na vitaminização dos produtos economizam-se R\$ 15,00 em serviços correlatos como exames laboratoriais, internações, falta ao trabalho, etc. A ausência do enriquecimento e/ou fortificação de seus alimentos evitariam tais preocupações.

5º - Com a plena conscientização e colocação em prática do programa, seria desnecessário a priorização de trabalhos públicos para erradicar em nossas crianças a anemia ferropriva, cegueira, raquitismo, desnutrição, etc. O simples enriquecimento e/ou fortificação de seus alimentos evitariam tais preocupações.

Como já anteriormente citado, um fato a ser destacado e importante é que a medida em que o Programa de Vitaminização da Merenda Escolar avança, os resultados, nos planos educacionais e pedagógicos serão perfeitamente visíveis com relação ao rendimento escolar, repetência e evasão. O binômio criança e alimentação = Educação, resulta sempre em fator de desenvolvimento e progresso.

#### PROJETO DE LEI Nº 364/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Alvorada do Sul - PR.", com sede na cidade de Alvorada do Sul, e foro na cidade de Bela Vista do Paraíso - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, fundada em setembro de 1994, é uma sociedade de caráter assistencial, sem fins lucrativos de duração ilimitada, com sede na cidade de Alvorada do Sul.

Tem como objetivo, promover medidas comunitárias no âmbito municipal e regional, que visem a assegurar o ajustamento e o bem-estar das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, com predominância na área de deficiência mental, com o desenvolvimento de programas educativos, culturais, desportivos, recreativos e de natureza social, aos necessitados.

#### PROJETO DE LEI Nº 365/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada na Lei nº 790, de 14 de novembro de 1.951, que criou o Município de Marialva, as divisas do Município de Mandaguari:

#### MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

##### 1 - LIMITES MUNICIPAIS

##### LINHA DE LIMITES

##### 1 - Com o Município de Astorga:

Começa na foz do Ribeirão Alegre, no Rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão Paranaguá.

##### 2 - Com o Município de Arapongas:

Começa na foz do Ribeirão Paranaguá, no Rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão dos Dourados.

##### 3 - Com o Município de Apucarana:

Começa no Rio Pirapó, na foz do Ribeirão dos Dourados, sobe por este até a foz do Córrego das Orquídeas.

##### 4 - Com o Município de Jandaia do Sul:

Começa no Rio Ribeirão dos Dourados na foz do Ribeirão das Orquídeas, sobe por este até sua cabeceira e daí alcança em reta, a cabeceira do Córrego Tunaí, desce este córrego e depois pelo Ribeirão Rochedo e pelo Keller até a foz do Ribeirão Cambul.

##### 5 - Com o Município de Marialva:

Começa no Rio Keller na foz do Ribeirão Cambul, pelo qual sobe até sua cabeceira (nascente); daí em reta alcança a confluência do Rio Alegre com o Córrego Jacaral e desce pelo Rio Alegre até sua foz no Rio Pirapó.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(aa) ANIBAL KHURY e MILTINHO PUPPIO

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do presente plano de lei é corrigir a redação da Lei nº 790, de 14 de novembro de 1.951, que ao criar novos municípios, deu um novo Memorial Descritivo ao Município de Mandaguari, de onde o Município de Marialva foi desmembrado.

Segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, houve um erro na referida lei criando, com isso, uma enorme deformidade ao território do Município de Mandaguari. Esse erro na redação da Lei nunca foi respeitado pelos municípios vizinhos, tanto assim que sempre foi a Prefeitura Municipal de Paranavai que deu assistência, nestes últimos cinco anos, à região, investindo para o seu desenvolvimento, mantendo escolas diurnas e noturnas e em todas áreas de natureza social.

A redação dada pela Lei nº 790/51, jamais poderia ser respeitada, tendo em vista que a cabeceira ou nascente do Rio Alegre, que faz parte do memorial nº 5, está localizado quase dentro da Cidade de Paranavai e de forma alguma poderia, essa área, pertencer ao Município de Marialva.

Assim sendo, para evitar possíveis transtornos entre os já citados municípios, estamos apresentando este projeto de lei, que esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares.



para a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 366/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Grupo ASSOMA, Somando Amor pela Infância e Adolescência, mantenedora do Abrigo do Menor, com sede e foro na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

O trabalho assistencial prestado pelo GRUPO SOMA, Somando Amor pela Infância e Adolescência de Apucarana no atendimento ao menor abandonado ou vítima de violências, a criança desamparada, e o compromisso administrativo, técnico e financeiro para construir abrigos ou casas-lares para o acolhimento dessas crianças e adolescentes, demonstra a preocupação da comunidade, na recuperação dessas crianças para que as mesmas cresçam integradas à sociedade, e no futuro constituam suas próprias famílias, numa demonstração de que o amor, o carinho e a compreensão, é o principal alicerce na construção de um mundo melhor e mais justo.

PROJETO DE LEI Nº 367/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora do Centro de Educação Para Excepcionais de Godoy Moreira, com sede e foro no Município de Godoy Moreira, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação Para Excepcionais, mantido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Godoy Moreira atende atualmente 71 alunos, sendo 49 do sexo masculino e 22 do sexo feminino, além de prestar assistência a 12 pessoas portadoras de deficiência mental, e 59 portadoras de múltiplas deficiências, conforme demonstra o relatório referente as atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 1996. Hoje a maioria dos órgãos governamentais exige o Título de Utilidade Pública, para a concessão de recursos financeiros e recursos materiais, mesmo para as entidades que realmente atendem a população, como é o caso das APAEs.

PROJETO DE LEI Nº 368/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, com sede e foro na Cidade de Doutor Ulysses - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 12.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

PROJETO DE LEI Nº 369/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Ebenezer - AEDAEC, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Ebenezer - AEDAEC, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi criada no dia 12 de outubro de 1995, e está registrada sob nº 7.193, livro "A/1" de pessoas jurídicas, em 7 de dezembro de 1995, de caráter assistencial, educacional e cultural, tendo por objetivos, o desenvolvimento de programas e projetos nas áreas de assistência social, educacional e cultural. A entidade está inscrita no CGC/MF sob nº 00.956.671/0001-20, estando em pleno funcionamento, em cumprimento ao disposto em seu Estatuto.

A instituição, além dos objetivos referidos, também organiza e desenvolve programas de atendimento à criança e adolescentes, na faixa etária de 0 a 12 anos, em regime de casas-lares, sem fazer nenhuma discriminação, atendendo desta forma o que dispõe seu Estatuto e a legislação pertinente, e, cooperando com os órgãos públicos.

Para o cumprimento de seus objetivos e a manutenção de sua política e filosofia de ação, a entidade, mantém estreito relacionamento com outras instituições congêneres e organismos públicos.

Como é do conhecimento de todos, não há justiça sem lei, portanto, o mínimo que poderíamos fazer para ajudar a instituição em pauta, a ajudar as pessoas por ela atendidas, seria propor a esta conceituada Casa de Leis, a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 370/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grêmio de Radioamadores da Rodada Trem das Onze, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Grêmio de Radioamadores da Rodada Trem das Onze, que ora encaminhamos a esse Plenário, para que seja declarado de Utilidade Pública, foi criado no dia 5 de setembro de 1985, e registrada sob nº 10.631, do livro "A" em 10 de outubro de 1985, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob nº 01.245.038/0001-97, tendo por objetivo o desenvolvimento de programas voltados ao desenvolvimento profissional, técnico, cultural, da categoria profissional que representa, cooperando com órgãos públicos e entidades afins.

Além dos objetivos já mencionados, a Instituição, objetiva, também, cooperar com as autoridades constituídas, dentro e fora do rádio, no desenvolvimento de programas voltados à sua área de atuação, entre outros. Para o cumprimento de seus objetivos e a manutenção de sua política e filosofia de ação, mantém estreito relacionamento com entidades congêneres e organismos públicos.

Como é do conhecimento de todos nós, não existe justiça sem lei, e, portanto, o mínimo que podemos fazer para ajudar as instituições que desenvolvem programas, visando o atendimento e desenvolvimento do ser humano, seria propor a esta conceituada Casa de Leis, a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 371/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as normas sanitárias para elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Paraná.

Art. 2º - Entende-se por elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantenham características tradicionais, culturais ou regionais, produzidos em pequena escala, obedecendo os parâmetros fixados em regulamento.

§ 1º - São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, as seguintes matérias-primas, seus derivados e subprodutos:

- I - carnes;
- II - leite;
- III - ovos;
- IV - produtos agrícolas;
- V - peixes, crustáceos e moluscos;
- VI - microorganismos;
- VII - frutas;
- VIII - outros produtos de origem animal e vegetal comestíveis.

§ 2º - Os produtos de que trata este artigo poderão ser comercializados em todo o Estado do Paraná, cumpridos os requisitos desta Lei.

Art. 3º - O estabelecimento processador artesanal de alimentos de origem animal e vegetal deverá registrar-se no SIM - Serviço de Inspeção Municipal, para comercialização na área do município e registrar-se junto ao SIP/POA - Serviço de Inspeção Estadual de Produtos de Origem Animal, para comercialização fora do município, porém dentro do estado, formalização de pedido instruído pelos seguintes documentos:

- I - requerimento, dirigido à Secretaria de Agricultura do município, solicitando o registro e inspeção no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, ou junto ao SIP/POA;
- II - outros no Cadastro de Contribuintes do ICMS ou Inscrição de Produtor Rural na Secretaria de Estado da Fazenda;
- III - outros atestados ou exames e demais documentos a critério do SIM ou do SIP/POA.

Art. 4º - O estabelecimento processador artesanal de alimentos de origem animal e vegetal manterá livro oficial onde serão registradas as informações, recomendações e visitas do SIP/POA, objetivando o controle da produção.

Parágrafo Único - O Serviço de Inspeção Municipal Estadual de Produtos de Origem Animal - SIP/POA, poderá estabelecer, a seu critério, as análises rotineiras necessárias para cada produto processado sem ônus para os produtores, bem como coletar novas amostras e repetir as análises que julgar convenientes.

Art. 5º - O estabelecimento de processamento artesanal de alimentos de origem animal e vegetal manterá em arquivo próprio, sistema de controle que permita confrontar, em quantidade e qualidade, o produto processado com o lote que lhe deu origem.

Art. 6º - Cada tipo de produto deverá ter registro de fórmula em separado, junto ao Serviço de Inspeção - SIM, sendo cada qual objeto de norma específica a ser editada pelo Serviço de Inspeção Estadual de Produtos de Origem Animal - SIP/POA, previamente estabelecida com os produtores.

Art. 7º - As instalações para estabelecimento processador artesanal de alimentos de origem animal e vegetal serão diferenciadas e obedecerão a preceitos mínimos de construção, equipamentos e higiene, e sua especificação será estabelecida em regulamento próprio.

Art. 8º - O controle sanitário dos rebanhos que geram a matéria-prima a produção artesanal de alimentos é obrigatório e deverá seguir orientação dos órgãos oficiais de defesa sanitária animal.

Parágrafo Único - o controle de que trata o "caput" deste artigo compreende também a inspeção "ante" e "a-pós" ao abate dos animais e das demais matérias-primas.

Art. 9º - Compete à Secretaria de Estado da Agricultura, através do Serviço de Inspeção Estadual de Produtos de Origem Animal - SIP/POA, a fiscalização, orientação e treinamento de técnicos e auxiliares.

Art. 10 - A Secretaria poderá, através do Serviço de

Inspeção Estadual de Produtos de Origem Animal - SIP/POA, conveniar-se com os municípios que possuam estrutura técnica e laboratorial, bem como, com entidades públicas ou privadas que preencham as condições adequadas à execução das tarefas para a implantação e funcionamento da inspeção e fiscalização dos estabelecimentos, visando a garantia dos aspectos de sanidade e controle de qualidade dos produtos processados nos estabelecimentos abrangidos por esta lei.

Parágrafo Único - Compete à Secretaria de Estado da Agricultura, através do Serviço de Inspeção Estadual de Produtos de Origem Animal - SIP/POA, o acompanhamento e a fiscalização das atividades inerentes aos convênios firmados com os municípios e entidades públicas e privadas, podendo ser canceladas quando não atenderem os requisitos desta Lei.

Art. 11 - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para preservação de sua qualidade.

Art. 12 - A embalagem do produto artesanal de origem animal deverá ser produzida por empresas credenciadas junto ao Ministério da Saúde e o rótulo conter todas as informações preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, indicando que é produto artesanal, com a inscrição do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, acrescida de que se trata de convênio com o Serviço de Inspeção Estadual de Produtos de Origem Animal - SIP/POA, conforme prescreve o Art. 10.

Parágrafo Único - Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos e cartazes, contendo as informações previstas no "caput" deste artigo, exceto o leite e seus derivados que obedecerão a legislação competente.

Art. 13 - A caracterização de qualquer tipo de fraude, infração ou descumprimento desta lei, sujeitará o infrator às sanções em Lei e no Regulamento.

Art. 14 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição ao estabelecimento de normas sanitárias na elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis, de origem animal e vegetal em nosso estado, tem por objetivo dar todas as garantias e condições técnicas ao pequeno produtor rural, para que ele possa produzir gêneros alimentícios de boa qualidade, podendo comercializá-los em outros municípios do nosso estado.

Com garantias de uma legislação fática, os pequenos produtores rurais, tecnicamente assistidos, podendo expor e comercializar em todo o estado, direta ou indiretamente, com certeza terá retorno financeiro garantido e estímulo a continuar no cultivo da terra, aproximando-o do consumidor.

A proposição preserva as características dos produtos regionais e locais, porém possibilita a expansão da produção artesanal em todo território estadual, tudo sob controle do SIP/POA, o que evidentemente abre novos horizontes aos produtores e o intercâmbio municipal, com características de mercado livre, mas seguindo normas legais.

Outrossim, os produtos em apreço, seguindo tais normas, terão boa aceitação e em condições de competir com produtos similares industrializados em grande escala.

Sendo nosso Estado um grande produtor agropecuário, fazendo parte desse contexto os pequenos produtores rurais, pouco ou quase nada assistidos pelo poder público, pela falta de uma política agrícola séria e viável, é o que mais sofre e se descapitaliza, tendo até que vender sua propriedade e na prática do êxodo rural, nem sempre bem sucedido, passa a engrossar mais o cinturão da miséria nas

periferias das grandes cidades.

É possível ainda reverter esse triste quadro que vem assolando o interior do nosso estado. Basta ter vontade política e tomar medidas urgentes e certas, para manter no campo o nosso pequeno produtor, para que ali ele tenha condições dignas de vida e de seus familiares.

Não somos contra que o homem do campo passe a morar na cidade, pois é o exercício do direito de ir e vir dentro do seu estado e país, de escolher a profissão e ou atividade honesta para prover seu sustento e fazer seu futuro.

Porém o que nos preocupa é que na maioria das vezes, essa mudança só trás frustrações e arrependimentos, pois a vida dele e de sua família não melhorou, mas piorou.

Sabemos que a presente proposição não irá solucionar todos os problemas relacionados com o pequeno produtor rural, mas certamente dará significativa contribuição a esse bravo trabalhador que anonimamente ajuda a alimentar a todos, contribuindo para a grandeza econômica do estado, porém não tem vez e nem voz relegado planos secundários pelas autoridades competentes, sofre calado, sem perspectivas de melhora.

Ele é digno do nosso respeito e de ter seus direitos efetivamente garantidos.

PROJETO DE LEI Nº 372/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o município de Santa Helena, neste Estado, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do Detran.

§ 1º - O Órgão de que trata o caput deste artigo, substituirá o atual Posto de Serviços do Detran, instalado no citado Município.

§ 2º - A CIRETRAN de Santa Helena terá como área de abrangência, além da sede do Órgão, as unidades municipais de São José das Palmeiras e de Diamante do Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O contínuo aumento de veículos automotores que vem sendo registrado no País, ocorre igualmente em nosso Estado. A região do Oeste do Paraná não foge à regra. Até por sua consistência sócio-econômica atingida nos últimos anos, o crescimento da frota local de carros é muito expressiva.

Decorre dessa situação, uma maior carga de serviços para as Circunscrições Regionais de Serviços do Detran, instaladas na área precitada. O que compromete o fluxo normal da prestação de atendimento ao usuário, gerando deformação na qualidade dos serviços oferecidos em alguns dos órgãos referidos.

Visando proporcionar ao cidadão um serviço facilitado e qualitativo do Detran, do qual sempre deve ser primordial o bem servir a comunidade, é que faço a presente proposição de lei.

Considerando a relevância do benefício que as comunidades referidas no texto desse projeto de lei, terão com a criação dessa nova unidade regional do Departamento de Trânsito/PR, que rogo o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 373/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado de Prefeito Mieczyslaw Otto, o Posto de Saúde - Centro Social de Cruz Machado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Segundo informação prestada pela Prefeitura Muni-

pal e confirmada pela Secretaria de Estado da Saúde, o Posto de Saúde Cruz Machado não possui denominação.

Portanto, entendemos justa a homenagem póstuma que pretendemos seja concedida ao eminente cidadão e homem público que foi o Dr. Mieczyslaw Otto, a quem mantínhamos profundo respeito e admiração. Embora tenha sido afastado do nosso convívio pela vontade de Deus, jamais deixará de viver no reconhecimento e na saudade de seus familiares, amigos e contemporâneos.

A intenção do presente Projeto de Lei é de prestar uma singela homenagem ao bravo homem público Dr. Mieczyslaw Otto, um dos políticos mais destacados. Participante ativo em todos os momentos decisivos para a comunidade da região.

Nasceu em Cruz Machado em 11 de julho de 1930.

Faleceu na mesma cidade dia 13 de julho de 1997.

Mieczyslaw Otto era formado em odontologia pela Universidade Federal do Paraná.

Foi Vereador por duas legislaturas: 1961 a 1964 e 1969 a 1972;

Vice-Prefeito - 1965 a 1968, quando assumiu a Prefeitura para completar o mandato do Ex-Prefeito Antonio da Silva; Prefeito Municipal eleito por duas vezes, 1973 a 1976 e 1989 a 1992;

Autor do Hino de Cruz Machado;

O Dr. Mieczyslaw Otto, pelas suas qualidades de inteligência, de espírito e de caráter, soube sempre convencer seus pares, na legitimidade de suas intenções, no discutir da Câmara de Vereadores, como Vice-Prefeito ou no exercício da Prefeitura Municipal, as necessidades do povo cruz-machadense. Nunca fugiu ao Mandato que foi outorgado pelo povo, antes, o notabilizou, pela serenidade e patriotismo de suas atitudes. Não usou dos cargos públicos como pedestal para a estátua da vaidade, antes dela serviu-se para combater o bom combate pela justiça e pela democracia. Considerou sempre a função pública como um posto de lutas e sacrifícios e não como uma sinecura para lisongear vaidades ou para defender interesses pessoais.

TOMBOU MAIS UM LUTADOR.

A morte no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Por isso, caiu o Dr. Mieczyslaw Otto, quando ainda no aceso da luta. Levou consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da hora e do dever.

É esse campeoníssimo homem público que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre do povo de Cruz Machado, que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome ao posto de Saúde - Centro Social, localizado a Av. Afonso Nadolni, s/n, no loteamento São José da cidade de Cruz Machado.

Outras virão, muitas mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais esquecerão o pai amoroso, o chefe de família exemplar, o amigo e político, constantemente a serviço das boas causas.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraidin) - Não há Expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesse ato, estou apresentando a esta Casa de Leis o Projeto de Lei que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais, comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Paraná. Irati é um polo muito importante nesse sentido.

Tem a proposição por finalidade, amparar ao pequeno produtor rural, o que produz em pequena escala, cujo o excedente de sua produção, seguindo determinadas normas sanitárias, sejam elaborados artesanalmente, com a finalidade de comercializar não só no seu município mas também fora do seu município, dentro do Estado do Paraná. Para que isto seja possível, necessário se faz que uma Legislação normatize esta atividade-comércio através da Secretaria de Estado da Agricultura e do seu departamento competente,

no caso o SIP-POA - Serviço de Inspeção do Paraná, de produtos de origem animal, que acolherá, Deputado Zuk, a documentação pertinente do produtor em cada núcleo regional da Secretaria da Agricultura do Município a que o Agricultor estiver jurisdicionado para a devida inscrição. O Serviço de Inspeção do Estado agirá em conjunto com o Serviço de Inspeção de cada município para dar todo o acompanhamento e auxílio técnico ao produtor na produção, elaboração, inspeção e até na comercialização.

Os produtos deverão em sua forma artesanal, manter as características regionais ou municipais, seguindo-se os padrões pré-estabelecidos pela Lei. Não se trata de algo que vai complicar a vida do produtor, mas sim de ajudá-lo a produzir qualidade com acompanhamento técnico, podendo até competir com similares industrializados, conquistando o consumidor, podendo comercializar em outros municípios do Estado.

O pequeno produtor passará a ter lucros certos e incentivos para continuar na sua atividade para trabalhar a terra e dela retirar o seu sustento. São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal as seguintes matérias-primas, seus derivados e subprodutos: carnes, leites, ovos, produtos apícolas, peixes, crustáceos, e moluscos, microorganismos, cogumelos, frutas e outros produtos de origem animal e vegetal comestíveis que se vêem nas rodovias, nas BRs, por esse Paraná afora.

É do conhecimento público que o pequeno produtor rural passa atualmente por um processo de esmagamento, de extinção forçada.

(Continua Leitura conforme xerox em anexo).

Muitos nos últimos anos, sem condições de continuar a atividade de cultivo à terra, venderam a preço vil sua propriedade, outros até tiveram que entregar aos bancos e sem outra alternativa ou orientação por parte dos governantes, rumaram para as cidades e suas periferias, na busca de uma nova vida para si e para os seus, mesmo contrariados, e passaram a fazer parte dos excluídos, do cinturão da fome e da miséria, da condição de vida subumana, infelizmente.

A falta de uma política agrícola que propicie ao homem que trabalha a terra, essa atividade tão nobre, que é a de produzir alimentos, mas tão mal conduzida ao longo dos anos por parte das autoridades governamentais, expulsou o homem do campo e contribuiu massacrando esse herói anônimo.

Muitos retirantes tendo suas expectativas frustradas, procuram retornar, mas nem sempre é possível e a vida passa a ser um pesadelo e o futuro é sombrio.

As estatísticas mostram que a grande legião dos sem-terra, sem-teto, sem-emprego, e com a cidadania ameaçada pela falta de amparo, de oportunidade, tem em boa parte originários do campo. Lá eram felizes e não sabiam.

Os problemas sociais se avolumam, o desespero ronda a porta do chefe de família, do jovem, que não vislumbra perspectivas de um futuro promissor.

(Termina de ler).

Então Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Projeto que venha a solucionar o problema do pequeno agricultor do Paraná, mas é sem dúvida, um Projeto que vem amparar legalmente o pequeno produtor. Quando se vai daqui a Pato Branco de carro, de automóvel, você vê em Irati o queijo trançado, vê o salame, têm o melado, têm o mel, vê em Guarapuava, vêem em Ponta Grossa, os caminhos do interior do Paraná. Mas não se têm uma forma legal para que o produtor, por exemplo, de Pato Branco venda o seu produto em Dois Vizinhos, que é tão pertinho, em Coronel Vivida, têm a barreira, mas têm uma dificuldade, não têm o amparo legal, que ele possa vir vender o produto aqui em Guarapuava, aqui em Curitiba. Pega lá o produto de Pato Branco, de Londrina, de Maringá, quer vir vender em Curitiba numa feira. Hoje não têm o sentido legal.

Então esse projeto eu quero Sr. Presidente, Srs. Deputados, Santa Catarina que é um dos Estados pioneiros e esse Projeto de nossa inspiração, teve como base, como fundamento, o Projeto já instalado e já em execução no Estado de Santa Catarina.

Nós que falamos tanto que somos o celeiro do Brasil. Até hoje não temos um Projeto como esse, uma legalidade como esta, a Lei em funcionamento, para que possa o pequeno produtor rural, não competir, mas pelo menos mostrar a sua qualidade, o seu produto artesanal, vender nas feiras de qualquer Município do Paraná, com uma inspeção Municipal e uma Coordenação Estadual.

O Sr. Toti Colaço (Aparte) - Eu quero cumprimentar V.Exª pela iniciativa, pela brilhante idéia de apresentar um Projeto de Lei dessa natureza.

V.Exª na exposição de motivos que traz na defesa do Projeto de Lei, coloca o problema com muita propriedade, com muito conhecimento, com muita segurança. Realmente o que V.Exª acaba de colocar e acredito com a aprovação do Projeto de Lei de sua autoria e pode de antemão contar com o meu irrestrito apoio. Vai se achar uma solução das graves que têm hoje no interior do Estado do Paraná. V. Exª está dando o exemplo de Irati concretamente. Nós temos inúmeros e pequenos agricultores que fazem embutidos de suínos, de primeira qualidade. Porém, não pode mesmo até quase dentro da cidade, às vezes encontram dificuldades de colocar à venda é proibido.

A história do queijo trançado, Deputado Carlos Simões, era de um pequeno produtor de leite do Município de Rebouças, que morava a alguns anos atrás, veio às margens da BR 277, hoje está sendo um referencial para a nossa região, não somente para o Paraná, mas também para o nosso País, porque aí é uma BR internacional, é uma rodovia do Mercosul e são milhares de pessoas que diariamente estão chegando, procurando, e automaticamente cresceu, está crescendo e ampliando os seus negócios. Como ele, tantos outros pequenos agricultores em toda a nossa região e do resto do Estado do Paraná, que produzem, produtos de mais pura qualidade, nas suas casas, nos fundos de quintal genuínos, gerando empregos, gerando divisas, renda para a família. Entretanto, quando chega esbarra, exatamente, numa legislação que autorize a sua comercialização.

Outro exemplo, que eu vou dar a Vossa Excelência, é Irati que se tornou praticamente a sede, a capital da cerveja caseira, aonde feito que meio artesanalmente, mas de primeiríssima qualidade, porque o pessoal da fiscalização, dentro de Irati, acompanha a fabricação da cerveja caseira, porém, os seus idealizadores que procuraram, tentam colocar este produto no Paraná, aqui na capital, muitas vezes têm que estar fugindo da fiscalização, colocando sorrateiramente em determinados postos aqui na capital do Estado e em outros municípios e já por diversas vezes foram abordados pela fiscalização, às vezes pela saúde, e vêem seus produtos confiscados.

Eu vou, com muito carinho, aprovar o seu Projeto de Lei, possivelmente eu deva apresentar uma emenda incluindo aí, se Vossa Excelência quiser incluir pode incluir, também, especificamente no caso da cerveja caseira, que é uma cerveja hoje que está tendo uma aceitação fantástica no Paraná e já fora também do nosso Estado. Portanto, esbarra-se porque não tem uma legislação que autorize a comercialização com facilidade aos nossos pequenos agricultores de Irati.

Mais uma vez, eu cumprimento Vossa Excelência, e conte é claro com o meu total e restrito apoio por este Projeto de grande alcance social e econômico para o nosso Estado.

O SR. CARLOS SIMÕES - O Projeto fala o seguinte:

Além de carnes, leites e ovos, produtos apícolas, peixes, crustáceos, moluscos, microorganismos como cogumelos, frutas, outros produtos de origem animal ou vegetal comestíveis. Aí até caberia um item da cerveja, especificamente, de São João do Triunfo e Antonio Olinto que também recebe influência de Irati, que é a mesma população de origem polonesa, ucraniana na região, se produz muito a cerveja caseira, sou adepto da cerveja caseira, até porque ela não possui álcool, faz bem para a saúde. Cito como exemplo também, a região de Coronel Vivida, que é onde mora minha irmã, ela mora no interior. Tem uma região ali que se faz muita rapadura, que ainda vem enrolada na palha, sistema bem artesanal, bem antigo, bem caboclo e

não se pode vender. Além do limite do município, no mercado não pode, se posto, tem que ser numa mercearia, um armazém, no fundo do armazém, a saúde não deixa, porque a lei não deixa, e assim por diante.

Então é um projeto interessante. Andando no sudoeste, aqui na região do sul do Paraná, estive esses dias em Proença em Cerro Azul, num debate com os agricultores, os colonos dessa região, e já levei o projeto como sugestão e foi uma grande receptividade. É necessário, se faz necessário, por exemplo, o doce caseiro, que se faz aqui no sul do Paraná. Não se pode comercializar o doce caseiro, Deputado José Maria, não tem, é proibido, a saúde pública não deixa, porque não temos amparo legal para isso. Em Santa Catarina, existe este projeto há muitos anos e fiz como um adendo, especial, ao projeto, ao modelo original de Santa Catarina, propus algumas mudanças no projeto, que são idéias minhas, da minha equipe, e também das pessoas que nós conversamos. Mas coloquemos como um aditivo o projeto inteirinho que é utilizado hoje em Santa Catarina. Onde propicia ao pequeno e em especial, o pequeno agricultor, que faz lá o arrole transado, que faz a rédia, que prepara um pelego, mas não pode nem vender, não tem a marca, tem dificuldade.

Com palavra o Deputado Orlando Pessuti.

**O Sr. Orlando Pessuti** - Deputado Carlos Simões, quero cumprimentar Vossa Excelência pela preocupação e pela idéia que traz hoje ao debate neste Plenário. Muitas vezes, nós temos ocupado esta tribuna, na condição de Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário, para nos manifestar em defesa da pequena propriedade do homem e da mulher, trabalhadores rurais do nosso Estado e Pais e é evidente que ao se propor a esta Casa a discussão de uma legislação que possa permitir a comercialização de forma intermunicipal e interestadual de produtos caracterizados como sendo produtos artesanais, entendo que essa sua idéia merece a nossa preocupação e atenção, para que possamos, no decorrer do trâmite desta matéria na Assembleia, propor a ela as emendas, as alterações, as melhorias que possam ser necessárias para que tenhamos uma lei que possa efetivamente atingir os seus objetivos.

É bom que num momento como esse em que discutimos a importância do pequeno produtor, da pequena propriedade rural, que retornemos um pouco no tempo e voltamos ao Governo de José Richa, nosso primeiro mandato aqui na Assembleia Legislativa, quando num trabalho junto com colegas meus, médicos veterinários que tinham percorrido algumas regiões do Rio Grande do Sul, achamos por bem propor na Assembleia a criação de um grupo de estudo e trabalho junto com a Secretaria da Agricultura e Secretaria de Saúde, onde um grupo fora criado por iniciativa de um requerimento nosso, mas por determinação do Governador José Richa e que naquela oportunidade promoveu um amplo diagnóstico, desde a produção, industrialização e comércio de carnes e produtos derivados aqui no Paraná. Fruto daquele trabalho que na Secretaria da Agricultura, e que foi coordenado pelo Doutor Ivo Brunetto e Abimael, conseguimos depois, numa parceria com o Ministério da Agricultura, criar aquilo que se intitulou Serviço de Inspeção do Paraná - SIP. Tínhamos o SIF que era o Serviço de Inspeção Federal. Criou-se o SIP - Serviço de Inspeção do Estado do Paraná e dessa decisão, desse trabalho, desse estudo, pode o Estado do Paraná exercer, em algumas circunstâncias, a fiscalização tanto da produção, do abate, da comercialização e fiscalização de carnes e derivados.

Posteriormente, esses estudos avançaram e chegamos ao SIM - Serviço de Inspeção Municipal, onde muitos municípios hoje detêm uma estrutura de abatedouros municipais, detêm uma estrutura de médicos veterinários e técnicos de inspeção que permitem que os animais abatidos naquele município ou numa determinada região que atende o município, possam esses produtos serem levados aos açougues, aos supermercados, às casas de carnes, enfim, com a certeza de terem uma origem conhecida e sadia e uma origem livre de doenças ou qualquer tipo de contaminação.

É evidente que ao se propor e ao se adotar o Serviço de Inspeção do Paraná e o Serviço de Inspeção Municipal, algumas barreiras e obstáculos e contradições também

surgirão, porque se de um lado existem pessoas bem intencionadas em produzir um produto de qualidade, um produto sadio, existem aquelas pessoas que não têm maior preocupação com isso. Temos ainda hoje no Paraná, o consumo de uma parcela significativa de carne e seus derivados, que são oriundos de abates tidos como clandestinos e que eu diria não serem clandestinos, porque todos sabem que eles existem, mas são efetivamente de abatedouros ou de matadouros que não sofrem qualquer tipo de inspeção ou fiscalização, fazendo com que todos nós e, principalmente a camada mais pobre da sociedade paranaense e brasileira consumam ainda carnes e produtos derivados com origem não qualificada.

É evidente que ao se propor uma regulamentação dessa, muitos também serão contrariados, porque muitas são as pessoas que ainda hoje preferem comercializar o leite em forma "in natura", preferem comercializar o queijo sem nenhuma adoção da prática sanitária que permita a todos nós ter a certeza de que estamos consumindo um produto livre, por exemplo, de brucelose, de tuberculose, de febre aftosa e vai aí adiante.

Então quero cumprimentar Vossa Excelência por esta preocupação, como já cumprimentei anteriormente o Deputado Luiz Carlos Martins, nosso primeiro mandato da Assembleia Legislativa, quando propôs e tive o privilégio de ser o relator nas comissões permanentes desta Casa, um projeto de lei que estabeleceu normas e disciplinou o abate de animais no Estado do Paraná, porque todos sabemos e sabemos até hoje, em que circunstâncias os animais eram abatidos, mesmo nos frigoríficos mais qualificados, quer dizer, não tinha nenhum senso, vamos entre aspas, dizer de "humanidade", quer dizer, era uma selvageria realmente a forma como se abatia os animais, não dando aos animais o descanso prévio que a própria composição orgânica do animal exige, para que aquela carne possa estar descansada e possa ser levada ao nosso consumo com padrão de qualidade superior.

Então, da mesma forma que cumprimentamos o Deputado Luiz Carlos Martins, naquela ocasião, cumprimentamos Vossa Excelência pela preocupação, sabemos que muitas pessoas serão contrárias a estas teses, porque não pretenderão adotar essas práticas de higiene, porque esta lei evidentemente ao tentar proteger os produtores de produtos artesanais, também colocará para eles algumas responsabilidades, e colocará, tenho certeza, para os municípios e para o Estado também responsabilidades. Porque não basta nós virmos aqui estabelecer uma legislação e depois a Secretaria de Saúde, a Secretaria da Agricultura, ou as Secretarias de Agricultura e de Saúde dos municípios não derem aos produtores que pretendam se inscrever, obter os benefícios desta legislação, as condições mínimas necessárias para que possa ser feita uma inspeção, para que possa ser feito um laudo, para que se possa conseguir enfim, um registro, um selo, um rótulo, para que ele possa expor no seu produto e aquele produto ser por nós aceito como um produto de qualidade, de origem conhecida e de uma origem sadia. Cumprimento Vossa Excelência, tem o meu apoio e terá certamente a minha participação na discussão dessa matéria aqui na Assembleia.

**O SR. CARLOS SIMÕES** - Obrigado, Deputado Orlando Pessuti.

Mas acredito e creio pelo conhecimento que tenho junto a população, a grande maioria hoje dos produtores, de uma forma ou de outra, já está organizando uma feira livre do município, na sede, na subsele, ou no entreposto, ou dos intermediários, eles estão buscando já meio sozinhos, uma possível alternativa de salvar, numa expressão chula, de salvar o pélo, ou salvar a pele, porque a situação realmente está difícil. O grande, ou do médio para cima já estão organizados com cooperativas, com frigoríficos e assim por diante, mas o pequeno infelizmente, padeca, sei por nós, sou nascido no Verê, criado em Pato Branco, de pequenos agricultores da região, e não tínhamos a mínima organização, o mínimo senso de organização e nem de legalidade para poder chegar hoje a um patamar de competição, se é pequena, mas ela vai existir até com as grandes.

Com a palavra, Deputado José Maria Ferreira.



O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Carlos Simões lhe agradeço pelo aparte e quero parabenizá-lo pela feliz iniciativa ao apresentar esse projeto. Ele tem duas vertentes extremamente importantes. Primeira, é a de disciplinar a venda de produtos oriundos da agricultura de origem animal e vegetal.

Eu quando Prefeito ainda em 90, criamos o nosso município sim, e tivemos a oportunidade de avaliar o quanto melhorou em termos de qualidade do produto ofertado e também em termos de consciência do próprio produtor, na questão do SIM.

Mas hoje, encontramos em função até da legislação implantada naquela oportunidade, e mais a própria preocupação aqui bem relatada e sobejamente dada como uma lição do nosso companheiro Orlando Pessuti, dada a sua vasta experiência na área, que a fiscalização também ficou um pouco mais acentuada e tirou a oportunidade daqueles que fazem há anos, um queijo, um defumado, um peixe defumado, um frango defumado, uma leitoa defumada e este, perdeu a fonte de renda e normalmente, o pequeno produtor, pequenas iniciativas e que da minha região tem muitos e que hoje não conseguem comercializar, além da própria vizinhança dele na zona rural, não consegue vender na zona urbana, e não consegue nem sequer vender no município vizinho.

Com certeza essa legislação não dará condições de que possa ser vendido em outros Estados, além do Paraná. Mas permitirá, com toda a segurança àquele que consome a aquisição do produto e permitindo sobretudo, uma questão muito importante que é a segunda vertente. A geração do emprego, da renda e da manutenção do homem no campo, e Vossa Excelência foi buscar um modelo num dos Estados mais brilhantes e de melhor sucesso nesta área que é o Estado de Santa Catarina, aonde cada unidade, cada família na zona rural se transforma na unidade produtora autônoma de produtos manufaturados caseiros.

Parabéns e tenho certeza em disciplinando no interesse da comunidade e do apoio a produção e também da questão da vigilância sanitária trará resultados positivos à nossa economia e à nossa sociedade em termos de consumo de qualidade.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES - Sinto como Santa Catarina, que é uma região produtora de vinho, em especial o vinho caseiro, o vinho da origem gaúcha, como é parte do sudoeste do Paraná também da produção de vinho. Vamos levar e eles, pessoal do interior, às pequenas famílias a condição da legalidade, Deputado que é especialista no assunto, catedrático no assunto, companheiro da região sudoeste, Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Carlos Simões agradeço o aparte de forma rápida, tendo em vista o adiantado já do seu pronunciamento.

Gostaria de, em primeiro lugar, me somar a sua preocupação, é fruto de uma sensibilidade muito grande, principalmente com relação aos pequenos produtores e as dificuldades que muitos pequenos produtores têm realmente de colocar o seu produto no mercado. O Sistema de Inspeção Municipal era para resolver parte desse problema, aí se pode comercializar no município. Participei, há pouco tempo atrás de um seminário em Francisco Beltrão e de lá saiu proposta de se fazer alteração do sistema do SIP, Inspeção do Paraná, para ver essa possibilidade. Mas acho que no mínimo, o seu projeto de lei provoca uma discussão mais rápida do assunto e a busca de uma alternativa que possa viabilizar os nossos pequenos produtores.

Vossa Excelência citou bem aqui, os que apartearam também fizeram da mesma forma, são muitos os pequenos produtores que fazem o seu produto de forma artesanal. Alguns até nem só de forma artesanal, alguns até Deputado Carlos Simões, aproveitam a sua matéria-prima para agregar valor, industrializam, aí sim de forma rústica quem sabe, de forma caseira o seu produto, mas na hora de colocar no mercado sempre tem aquela questão: não tem o selo da inspeção do SIP. Portanto, não pode comercializar com outros municípios, já que no Sistema de Inspeção Federal é

uma lei federal, evidentemente, não podemos aqui legislar sobre esta questão.

Agora, no Estado do Paraná, acho possível se fazer esta alteração e gostaria de me somar naquilo que for possível e aquilo que pudermos colaborar, através da Comissão de Agricultura, a este projeto que Vossa Excelência apresenta, fruto da sensibilidade que Vossa Excelência tem e principalmente por andar sempre junto à população. Colhe das suas dificuldades, algumas alternativas que pode evidentemente, melhorar a vida de cada produtor rural deste Estado.

Obrigado pelo aparte, parabéns a Vossa Excelência.

O SR. CARLOS SIMÕES - Muito obrigado pelo apoio. É a origem, "de onde viemos, nunca esquecemos". "O que somos sempre seremos".

O Serviço de Inspeção do Estado agirá em conjunto com o Serviço de Inspeção Municipal, o SIP com o SIM de cada município, para dar todo o acabamento e auxílio técnico ao produtor rural para que ele possa vender, produto de Guarapuava em Curitiba, de Pato Branco e Dois Vizinhos, em Maringá e Londrina e assim por diante, para que se ampare o pequeno produtor rural tão sofrido e esquecido e quase em extinção no Brasil.

Sempre falo, no rádio aonde vou, nas reuniões, que fazemos nos municípios, e o Deputado Romanelli que daqui um tempo o microprodutor rural será um bicho em extinção, procurado com lupa, tem que trazer o filho do Jacques Costeau, para achar no Brasil uma raridade, para achar no Brasil um pequeno produtor rural. Como está indo, creio que em 20 anos teremos aí meia dúzia de produtores rurais, infelizmente, por este Brasil afora.

O projeto está lançado, quero o apoio dos Deputados, não só o apoio de apoio, mas na discussão, proposições, para que juntos possamos fazer realmente uma grande lei para o grande Estado do Paraná.

Quero registrar a presença do meu companheiro Doáctico Santos, companheiro do PMDB, que esteve comigo na campanha passada, mesmo sendo do PMDB, apoiou e votou para o Carlos Simões, agradeço imensamente a você Doáctico Santos, um grande abraço.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, registro aqui a presença, na tribuna de honra, do nosso companheiro Prefeito de Vitorino, Vilson Celini Barbosa, gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa, na sessão da tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraidín) - Esta Presidência se associa com os votos de boas-vindas ao Prefeito Vilson Barbosa, e também a pedido do Deputado Luiz Accorsi queremos registrar a presença do Prefeito de Querência do Norte, Sr. Wanderlei Alves Costa e do Vereador João Rocha da Silva.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria fazer um comunicado à Casa, um apelo, inclusive, à Comissão Executiva e às Lideranças, sobre o seguinte: "votamos no primeiro semestre, deste ano, a criação da Comissão de Direitos Humanos aqui da Assembléia Legislativa." Com isso, o Paraná passou a ser um dos poucos Estados que no Parlamento tem uma Comissão de Direitos Humanos, que será aqui na Casa, a exemplo das outras Comissões Permanentes, aquela encarregada de formular ao lado do Executivo e do Judiciário uma política de direitos humanos para o nosso Estado.

Então, queria fazer um apelo à Comissão Executiva e muito especialmente as Lideranças do PT, que por coincidência, o PT é inclusive o subscritor do projeto que criou a Comissão, do PDT - Deputado Walmor Trentini, do PSDB - Deputado Cezar Silvestri e do PTB - Deputado Augustinho Zucchi. Um apelo no sentido de que Vossas Excelências façam a indicação dos membros das respectivas Bancadas, aqui já enumeradas por este Deputado, para que possamos compor a Comissão Permanente e instalá-la para a partir daí, então, a Assembléia poder participar ativamente, através desta Comissão dos Direitos Humanos de todos os problemas relacionados com a Política Estadual de Direitos



Humanos. Gostaria também de informar aos Líderes, que o Governo do Estado, em atendimento ao que determina a Legislação Federal, está ultimando uma mensagem para enviar a esta Casa instituindo o Programa Estadual de Direitos Humanos.

Então, esta Comissão, ela que já está saindo na frente, ela tem que estar devidamente constituída para que possamos, num segundo momento, a curtíssimo prazo, participar enquanto a Assembléia Legislativa dá formulação de uma política de Direitos Humanos.

Então, quero agradecer a Liderança do PTB, que já fez a indicação na pessoa do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o PFL que já fez a indicação e o meu Partido o PMDB, e fazer um apelo, reitero aqui o apelo, as Bancadas do PT, do PDT, do PSDB e do PTB, para que façam a indicação dos seus membros e possamos com isso, então, instalar o mais rapidamente possível a Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Comissão Executiva tem o dever de solicitar às Lideranças das devidas Bancadas, dos devidos Partidos, para que façam, a exemplo do PTB e do PMDB, a indicação de seus membros.

No Horário das Lideranças, com a palavra o PTB, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, um momento de reflexão.

Gostaria de contar com o apoio da maioria dos Senhores Deputados, dos Senhores Líderes, Deputado Romanelli, meu amigo, meu irmão, Deputados Cartário, Valdir Rossoni, Ademar, Tavares, Edno Guimarães, Augustinho Zucchi, Plauto Miró Guimarães, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, todos os Senhores, três reflexões para eu chegar ao fundamental, Deputado Romanelli.

Primeiro, fiquei pensando, ontem, atentamente ao analisar alguns jornais da televisão brasileira, não me importa a briga do Senador do Paraná, Roberto Requião, com o Governador Jaime Lerner, não estou me referindo a nada disto. Estou me referindo a postura séria, decente e honrada do Senador Roberto Requião que resolveu fazer um "strip-tease", Srs., do escândalo dos precatórios no Brasil, Deputado Ademar. O que é "strip-tease"? "Strip-tease", Deputado Romanelli, é quando uma mulher, não sei se vocês tiveram a paciência de assistir o filme, dei nota de um a dez, número dois, pelo enredo, o filme "Strip-tease" da Demi Moore, ela vai, dança, tira a roupa e fica nua. "Strip-tease" é quando a mulher tira a roupa e faz o "strip" ou o homem como tem em São Paulo uma boate, aonde é só reservado para mulheres assistirem os homens, os garotos de programa fazer o "strip-tease". O Senador Roberto Requião quer apresentar um "strip-tease" da realidade, do escândalo dos precatórios no Brasil, e eu ouvindo os jornais, forças ocultas dentro do Congresso pedem que o "strip-tease" seja diferente do "strip-tease" real. Qual é o "strip-tease" que as forças ocultas querem fazer no Senado, Deputado Orlando Pessuti? O "strip-tease" deles, se me permitem mostrar aos senhores é que a mulher ou o homem mostre apenas do joelho para baixo. O Senador Roberto Requião quer o "strip-tease" completo, da cabeça aos pés. Quando me refiro ao "strip-tease" é o relatório do Senador. Não entendo o "strip-tease", como dizia o jornalista Luiz Geraldo Mazza, o "strip-tease" ele tem que ser completo.

Então, o relatório do Senador Roberto Requião tem que ser completo, mostrar os canalhas, os vagabundos, os ladrões de gravatas deste País e lamentavelmente não querem este "strip-tease", não querem que os ladrões de gravatas fiquem pelados dentro de uma penitenciária no meu País. É uma reflexão. Os Poderes de Brasília contra o Senador Roberto Requião. Não sei como ele vai se sair.

Segundo, ontem ao ver os jornais, realmente fiquei depressivo, Deputado Augustinho Zucchi, porque não sabia que em Brasília, Deputado Augustinho Zucchi, se aluga mandato de Deputado, não sabia que em Brasília você pode se licenciar, chamar o seu suplente e dizer: "ô, malandragem, é o seguinte: nós vamos rachar a grana, você leva meio e eu levo meio". Entendeu Deputado Augustinho, lá

em Brasília, o senhor viu o jornal ontem, um deputadozinho, um ladrãozinho do Acre, entendeu, nem sei onde fica esse diabo, esse trem, Acre, não sei, com todo respeito aos acreanos, mas este bandido de gravata deveria ser cassado e fuzilado em praça pública para não desmerecer os políticos que têm vergonha na cara, dentro do Parlamento em Brasília. É o meu ponto de vista, é uma reflexão Deputado Pessuti, porque ontem aparece o Deputado, não me importa o Partido político dele, não é Partido político que faz o Deputado, é o Deputado que faz o Partido político. Essa é grande realidade, o cidadão rouba todo o gabinete e ainda tomava metade do salário da sua suplente, isto é canalhice, um cabra deste tem que apanhar, é canalha. É ladrão de gravata, é vagabundo e ordinário, tenho nojo desta raça.

Este País tem que criar vergonha na cara, tem que lavar a cara e tirar a máscara Deputado Pessuti, essa é a verdade, você pode condenar um vagabundo desse a pena de morte com o seu título de eleitor, é não votar em canalhas, é votar em gente que tenha vergonha na cara e dá a cara para bater como esse Parlamento dá a cara para bater para todo o Estado do Paraná; aliás, me permita, esse Parlamento é considerado, hoje, um dos melhores Parlaentos do Brasil.

E a terceira reflexão. Estava no meu gabinete e entra uma comissão de senhoras, Deputado Tavares, e me diz o seguinte: que na frente de uma escola de Curitiba tinha um "out-door": "assista filmes pornográficos, mulher com mulher, homem com homem". Bem quem gosta de homem é lobisomem. Não estou fazendo discriminação, acho que cada um na sua, sexo para mim é entre quatro paredes. Em frente a uma escola Deputado Pessuti, a criança ao invés de ir para a escola atendendo o chamativo ia no cineminha e lá em exposição a mulherada toda pelada, homem pelado, língua, perna, pé, sovaco, coisa do capeta, do satanás. E a molecada toda ali com a pastinha olhando.

Aí tive que tomar uma iniciativa, liguei para o Secretário de Segurança Pública, falei com o Presidente Aníbal Khury, aí liguei para o Delegado Tadeu e fui para a televisão e falei: "olha, vocês têm cinco minutos para tirar esse "out-door" daí". Graças a Deus a polícia foi e tirou o "out-door". E falei: tem que prender o dono do cinema.

Agora se não bastasse, vou entrar com um projeto se os Senhores me permitem, gostaria do apoio dos senhores pais, não sei se vai ser constitucional ou inconstitucional, ou desconstitucional, mas quero uma lei nesse Estado. Senhores, olha o susto que tomei, o meu filho Luis Eduardo, que faz natação numa escola aqui na Capital, ele falou: "papai vou pegar um filme". Aí chego em casa, saio da Assembléia ontem, chego em casa ele falou: "papai, vamos num lugar aí comigo? Falei: vamos. Aí fui no vídeo, Menino de Deus Cartário. Ele falou: "dá uma olhada lá no canto". Mas a molecada todinha, estava um festival, a galeria dos filmes pornográficos. E ali tem a seção de baixo, que é de homossexualismo, onde tem os travestis, porque há várias definições: os homossexuais, os "gays", os travestis, os transformistas. Mas a meninada olhando tudo. Mas, meu Deus do céu, isto não é normal.

Quando entrei, Deputado Tavares, que a meninada me viu, falaram: oh, o Alborghetti! Aí cheguei no gerente e falei: isso é brincadeira! O senhor tem que ter uma sala fechada, escrito "Filmes Pornográficos".

Não sou o dono da verdade, Deputado Romanelli, mas é inadmissível que crianças de doze, de seis anos entrem numa locadora, e ver o setor de filmes pornográficos em exposição. Inclusive, num deles, na capa era um homem beijando um outro na boca. Fiquei apavorado, Deputado Carlos Simões, em nome dos costumes da família.

Concedo um aparte ao Deputado Carlos Simões.

O Sr. Carlos Simões - Já fui um homem de televisão, se o Senhor ver o "Programa do Gugu", no domingo, no próprio Faustão, a existência de pornografia é uma coisa impressionante. Abri no rádio um debate sobre isso. No Gugu tem a parte da banheira, que entram um moço e uma moça completamente nus, às três horas da tarde. Na novela da Rede Globo, "Malhação" é uma indução ao sexo explícito.

Quando o Senhor, na televisão, fala algum "palavrão",

afalam que o Alborghetti é bocudo. Quando o Carlos Simões fala no rádio alguma coisa, eles falam que sou de baixo nível. Mas do Gugu, do Faustão, aos domingos, é bonito ver "trotar". É sexo explícito nas novelas, nas televisões. Você vê o sexo explícito, a indução, porque é muito pior do que praticar o sexo, a expressão do namoro, do aconchego, do preparo para o sexo. Isto acontece às seis horas da tarde.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Na novela das oito horas da noite, Deputado Romanelli, aquela dona da boate, a Zenilda, com todo o respeito - não estou discriminando ninguém aqui -, descobri que a gerente do empório, a Vieira, é gamada na Zenilda. Então, ali já há uma indução para o homossexualismo feminino.

Tem de tudo Deputado Takayama. Realmente o Deputado Carlos Simões está certo. Liguei uma televisão, não vou citar o nome, era 11:45, no sábado, Tavares de Deus! O que vi no filme nacional, uma mulher beijando a boca de um cavalo. Eu nunca tinha visto aquilo na minha vida. Que diabo de "trem" é este, agora mulher beijando boca de cavalo na televisão. Fiquei prestando atenção no filme. Ele era pornográfico, às 11:45 horas da noite.

O Sr. Carlos Simões - Ali é cultura, como falou aqui um Deputado do PT; o Carlos Simões, agora, está censurando. Mas não é. Ali é a pornografia artística, e, nós, quando falamos no rádio somos de baixo nível. Apenas falamos algumas coisas. Mas eles são artistas. Isto é arte. A mulher aparece nua na televisão, e diz: pousei artisticamente. Eles são artistas, e, nós não.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Você não viu no "Sai de Baixo", a hora em que pegaram a foto da Marisa Ortiz? Gente não quero aqui ser moralista, nem o dono da verdade, mas está na hora de parar, alguma coisa tem que ser mudada!

Estou entrando com um projeto aqui exigindo que o Governo do Estado exija de todas as locadoras na Capital uma sala fechada e com uma tarja negra: Proibido para Menores, filmes pornográficos ou obscenos, homossexuais. Quem quiser entrar lá entra, pega o filme fecha a porta e vai embora. Os outros filmes normais, policiais, dramas, etc, ficam em exposição.

Senhores estou falando a verdade, não estou mentindo. Romanelli, você é pai, você tem filhos, a Carla te deu uma criança linda agora, pense no seu filho. O ano 2000 não é nosso, Romanelli, vamos morrer, estamos todos velhos, você não sabe a hora que pode sofrer um derrame aqui, você não sabe a hora que pode sofrer um infarto. Temos que pensar no ano 2000 de nossos filhos, do jeito que as coisas estão, o que será de nossos filhos? Neste mundo das drogas, nesse mundo pecaminoso que está aí!

Viu Takayama, quero te dizer, não sou evangélico, sou um kardecista, me criei no kardecismo, sou muito apegado a Cristo, dentro da minha religião, sou católico. Mas, domingo meu filho me deu uma grande alegria, domingo foi o dia dos pais mais feliz que tive, meu filho comprou uma camiseta e nela tinha, muito bem feito: "Jesus está chegando e eu estou esperando". Olha ele me derrubou, mas me derrubou na hora! Foi o maior presente que ganhei do Luiz Eduardo. Falei: "puxa, meu filho, é por aí! Afé que é o caminho!" Não o caminho da violência, o caminho das drogas, da bebida alcoólica, o caminho de tantas desgraças que existem neste asfalto negro de violência que cruza o Paraná de norte a sul e de leste a oeste! É, por aí.

Temos que pensar, Romanelli, você tem que chegar em casa hoje e ir no berço do seu filho e dizer: "meu filho, eu te amo!" Duvido se ele não vai sentir isso!

A nossa obrigação é dizer para nossos filhos: eu te amo! Outra coisa, os filhos também têm que dizer: "o pai, preciso falar com você cara". Afé o pai pára na hora: "O que foi?" "Eu te amo".

Salmos de casa cedo e esquecemos de dizer para a filha, esquecemos de dizer para o filho que nós os amamos. Quantas vezes os Senhores esqueceram disso? Quantas vezes esqueci disso? Por isso que às vezes, de manhã, levanto cinco e meia, meu filho está se preparando para ir para a escola, digo: "o cara, preciso falar com você, a barra está pe-

sada". Afé ele já vem: "o que houve?" Afé digo: "eu te amo, preciso de você para viver!"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Registramos, com satisfação as presenças neste Plenário do time do PPB, de Telêmaco Borba, Vereador Edson Mendes; Haroldo, Secretário do PPB; Vereador Nilton Teixeira e Claudiomir Campos.

Com a palavra o Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES - Senhor Presidente, meus companheiros Parlamentares aqui presentes.

Nós, depois de um levantamento que fizemos e que fomos procurados por muitas pessoas que estão sofrendo com o rigor da lei de alguns regulamentos do sistema do DETRAN do Paraná, achamos por bem encaminhar a esta Casa um projeto de lei dando alguns benefícios para que possamos amenizar a situação de muitos paranaenses que têm seus carros apreendidos nos pátios da CIRETRAN - DETRAN do Paraná, e que estão abandonados, encostados no relento, sob chuva e sol, estão deteriorando, apodrecendo e que tem um valor de taxas, de encargos para liberação desses veículos-ciclos motores, motocicletas e assim por diante, um valor alto.

Para conhecimento dos Senhores Deputados, Senhor Presidente, a taxa diária - pegamos alguns veículos apreendidos como parâmetro - por exemplo, um Opala 75 que ficou apreendido mais ou menos 8 meses, ele tem que pagar um valor diário que ultrapassa o valor do veículo. Por isso que temos em todos os pátios da CIRETRAN do Paraná, milhares de veículos e ciclo motores apreendidos, parados, porque é inviável que o proprietário pague essas despesas e retire os seus veículos.

Como somos do Paraná, há poucos dias já demos anistia em algumas obrigações aos devedores de ICMS e assim por diante, queremos agora também contemplar os cidadãos paranaenses que têm os seus veículos apreendidos.

O artigo 1º da lei diz o seguinte: "a taxa de estadia prevista no anexo da Lei 11.019 de 28 de dezembro de 1994, incidente sobre os veículos e ciclo motores apreendidos nos pátios do DETRAN Paraná, fica reduzida a 20% o montante devido. De 100% teremos desconto de 80% e fica então aos proprietários que pagarem para a sua legalização 20%. O total apurado poderá ter o seu recolhimento parcelado em até seis parcelas iguais, também dando condições aos proprietários que estão sofrendo esse prejuízo para pagar os seus débitos em seis parcelas. A presente lei terá o prazo de 120 dias a contar da sua publicação e será regulamentado por decreto do Poder Executivo."

Os proprietários terão que procurar, dentro de 120 dias, se habilitarem dentro dessas vantagens, após a lei ser aprovada - e nós contamos com o apoio dos companheiros Deputados. Tenho certeza que dentro de 120 dias daria para se resolver o problema.

"Essa lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Queremos ler a justificativa, apesar de já ter feito alguns comentários: "É sabido por todos que os pátios do DETRAN Paraná estão abarrotados de veículos e motos apreendidos por órgãos públicos. Recentemente esse Poder Legislativo foi autor de projetos de lei e isenção de ICMS e multas do DETRAN. Agora é a vez de isentarmos os devedores de taxas de estadia cujos veículos estão nos pátios do DETRAN.

As benesses ora apresentadas vêm coroadas de legítima justiça, pois sabemos que quem mais está necessitando é o proprietário de veículo ou moto que às vezes tem este como seu único bem. Não é demais salientarmos que após a apreensão, os veículos ficam expostos ao relento sem nenhuma proteção das intempéries do tempo que ocasiona a deterioração dos mesmos.

Repetimos somente os proprietários de pequenas posses é que são prejudicados, pois além do valor da taxa quando muito alta às vezes seu único bem está sendo vilipendiado pelo tempo.

Concedo o aparte ao Deputado Joel Coimbra.

O Sr. Joel Coimbra - Gostaria de cumprimentá-lo pela iniciativa desse projeto, que realmente resolve um problema angustiante especialmente da nossa região.

Temos visto na CIRETRAN de Maringá que se acumulam uma infinidade de veículos que estão deteriorando. E não é só isso eles têm pecado também em um ônus considerado para o Poder Público, tudo porque nós não temos aí um tratamento adequado para os tributos e outros encargos sobre eles incidentes.

Diante disso, cumprimento e espero que nós tenhamos condições para aprovar com a maior rapidez esse Projeto e evidentemente vê-lo sancionado pelo Governador.

Acreditamos que em função de procedimentos semelhantes de outras anistias já concedidas já em casos análogos, não vemos por que não conceder também esse tratamento proposto por V.Ex.<sup>a</sup>, cumprimento e conte comigo no andamento desse projeto.

O SR. EDNO GUIMARÃES - Muito obrigado Deputado Joel

Coimbra da cidade canção de Maringá, região Noroeste, nosso companheiro e nós estivemos passando também, fui para retirar junto com um cidadão de Cianorte o seu veículo em Maringá, lá mesmo têm centenas, milhares de carros e motocicletas apreendidas, que se nós não aprovamos essa Lei ficarão apodrecendo, deteriorando no sol e chuva e ninguém ganha com isso, porque é inviável, ficou inviabilizado o pagamento de tão altas taxas diárias desses veículos apreendidos. Conto com o apoio de todos os parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo palavra ao PFL. Com a palavra Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna hoje para fazer a leitura de uma matéria que foi publicada no Jornal a Gazeta do Povo, na coluna do Jornalista Fabio Campana, que fala em relação a Rodovia BR-153, que corta o nosso Estado do Paraná, e tem um trecho não pavimentado que liga o Município de Ventania a Tibagi, Tibagi a Alto Camparo, Alto Camparo ao Município de Ipiranga. Perfazendo um trecho em torno de 100Km.

Essa matéria fala o seguinte: (Lê:)

"O fim da Picada

Os leitores podem imaginar que os Senadores do Paraná são vítimas dos maus bofes da imprensa. Não é verdade. Diria até que são tratados com imensa condescendência pelo jornalismo nativo. Difícil tem sido justificá-los quando flagrados em gestos de descaso absoluto pelos interesses do Paraná. Há um exemplo recente e emblemático sobre o qual vale a pena refletir. Na semana passada o Senador promoveu uma reunião com os ministros dos Transportes, Eliseu Padilha e do Planejamento Antônio Kandir, para tratar da BR-153, rodovia de importância vital para o estado. Pois bem, Senhores, nossos Senadores não compareceram. Nem Roberto Requião, nem Osmar Dias, nem Eduardo de Andrade Vieira.

Mas lá estavam todos os Senadores de Minas, Goiás e São Paulo, que acabaram definindo o plano e as propriedades da obra. O Paraná, como de costume ficou no prejuízo.

A BR-153 é a rodovia federal que interliga Minas, Goiás, São Paulo e na altura de Ourinhos entra no Paraná. Por poucos quilômetros. Termina em Ventania. Daí em diante, até o Alto Amparo, é estradinha de terra. Hoje está em construção o trecho que liga Ventania a Tibagi +- 40Km. + Tibagi/Alto Amparo. Depois, até Imbituva, nem traçado tem. O trecho Imbituva-Irati-Paulo Frontin foi construído pelo DER nos padrões das estradas vicinais.

Nesse ponto, a BR-153 cruza a BR-476 e de Porto União, já em Santa Catarina, volta a ser uma rodovia federal bem construída que vai até Porto Alegre. A BR-153, minha gente, só não existe no Paraná.

Voltemos à reunião dos Ministros e Senadores. Eles decidiram que as obras da BR-153 vão entrar no rol de prioridades do "Plano Brasil", justificadas pela necessidade de interligar os estados produtores aos portos do Sul melho-

rando sua capacidade de exportar para o Mercosul. Tudo bem. Mas na ausência de nossos Senadores, decidiram começar pela duplicação da rodovia onde ela existe. Em São Paulo, Goiás e Minas. Não tínhamos nessa reunião ninguém para gritar contra o absurdo. A prioridade óbvia, seria a construção da rodovia no trecho paranaense.

Criou-se uma Comissão Especial do Senado para a BR-153 e não temos representante porque os nossos Senadores abularam a reunião. Ninguém para mostrar que o Paraná vem sendo passado para trás.

A BR-101 existe em todo o Brasil, menos no Paraná. A BR-376 foi construída com o dinheiro do Paraná, porque se dependesse da União também não existiria. Agora vamos sem as obras de BR-153. Os Senadores Requião, Osmar Dias e Andrade Vieira costumam reclamar das críticas. Que explicação terão para mais esta demonstração de displicência e descaso?"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Sergio Spada.

O SR. SERGIO SPADA - Senhor Presidente Deputado

Anibal Khury, nobres colegas Deputados, estou vindo de Foz do Iguaçu e acontece neste momento naquela cidade, o 16º Encontro Nacional de Comandantes Gerais da Polícia Militar e Comandantes de Corpos de Bombeiro.

Certamente, seria mais um encontro, talvez festivo da polícia Militar, já que é o seu 16º; não fora o momento porque passa o Brasil, a Segurança Pública e particularmente as Polícias Militares. Confesso que senti na carne e de perto o clima tenso e nervoso, inclusive nos discursos não dissimulados feitos pelos que se manifestaram neste evento. A Polícia Militar vive nesse momento, um momento decisivo na sua história e futuro. Afinal de contas, depois de tudo o que aconteceu em vários estados da Federação, com a ampla cobertura pela imprensa, com os resultados dessas manifestações, certamente a Polícia Militar do Brasil não vai mais ser a mesma! Mas o que será a Polícia Militar de amanhã? Há um preocupação muito forte dos atuais comandos das Polícias Militares de que haja alteração na legislação e Constituição na estruturação da Polícia Militar para o pior. Mas o fato é que essa discussão fatalmente vai acontecer aqui dentro dessa Casa e tem que ser uma discussão muito aprofundada, porque o que vimos recentemente não pode acontecer mais na Polícia Militar. Tem que ser feita, aliás, há muita coisa para fazer com que a gloriosa Polícia Militar de todos os Estados da Federação e entre elas a Brigada Militar tradicional, secular, do Rio Grande do Sul e a nossa Polícia Militar já com 143 anos de existência, possam continuar prestando bons serviços às suas comunidades e ouvi muita discussão sobre fusão de Polícia Militar e Civil e logicamente a rejeição pronta e veemente da Polícia Militar e Civil e logicamente a rejeição pronta e veemente da Polícia Militar com a possibilidade de fusão com a Polícia Civil. Temos acompanhado pela imprensa, a preocupação dos comandos com a possibilidade de desconstitucionalização da Polícia Militar. Hoje a Polícia Militar é constitucionalizada. Com a possibilidade ou não, conforme defendem algumas correntes, inclusive algumas forças sindicalizadas, de que a Polícia Militar passe a se Sindicalizar, com a possibilidade de continuar o policial militar se filiando a partidos políticos, disputando eleição e por aí afora. Um dos temas muito quentes nessa discussão, foi com relação ao salário dos policiais militares e a diferença entre o maior e o menor salário dentro da Polícia Militar. O fato é que nasce nesse nosso Brasil, coincidentemente pela circunstâncias em Foz do Iguaçu, uma contraposição da Corporação em relação aos argumentos levantados pelo Governo Federal que tem sido veementemente criticado nesse encontro, como de resto, quase todos os governos estaduais, com exceção do governo do Estado do Paraná, para evitar que as propostas que estão sendo colocadas na mídia, através de comissão para reformulação da Polícia, de Conselho Nacional de Segurança e por aí afora, sejam efetivamente, colocados em prática.

Tenho algumas concepções muito claras e acho que a Polícia Militar tem que ser constitucionalizada, tem que ter vinculação com o Governo Federal, com o próprio exército, alguma coisa nesse sentido, como também acho que a es-

estruturação e a organização da Polícia Militar tem que ficar a cargo dos governos estaduais, como também acho que a Polícia Militar não pode se sindicalizar para evitar o que nós vimos recentemente: manifestações políticas, greves de policiais armados, ora, greve de gente armada não é greve de trabalhador. Armados? Não é greve. É motim. Quem é que vai enfrentar um movimento paradedista de pessoas armadas? Não é possível! Tenho também uma visão clara de que policiais militares, forças militares não devem se filiar a partidos políticos, muito menos disputarem eleições porque criam dessa forma, forças paralelas aos próprios comandos das polícias.

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura com muito prazer.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Sergio Spada, V.Exa. no início do seu discurso afirmou que veio hoje de Foz do Iguaçu, naturalmente que veio de avião, porque se o carro fosse o seu meio de transportes, com certeza Deputado, V.Exa, não estaria aqui, dada a péssima qualidade da rodovia BR-277, que liga Curitiba a Foz do Iguaçu, não só pelo estrangulamento do trânsito como também pela precária condição da rodovia, verdadeiras crateras no meio da pista, dificultando sobremaneira a vida dos motoristas. Mas quero focalizar o assunto que brilhantemente V.Exa, aborda hoje neste Plenário. A hora, na verdade, já é tarde Senhor Deputado para debatermos um assunto de grande importância para o nosso país e para nós povo brasileiro e povo paranaense, porque não dá mais para aceitar a disfunção existente hoje na segurança pública da polícia civil e da polícia militar. Um jogando à outra a culpa pelos problemas e pelas situações que ocorrem na questão de segurança pública.

Além disso, que evidentemente realçou essa discussão em função da greve generalizada ocorrida no Brasil inteiro, colocando o cidadão e a cidadã brasileira numa verdadeira situação de risco, com a polícia em greve ao invés de oferecer segurança e tranquilidade à nossa família. De forma que, o Congresso Nacional precisa urgentemente, e essa discussão que se fez em Foz do Iguaçu, ou quanto outras que deverão ser realizadas, devem surgir idéias que aprimore o serviço policial e que ele cumpra o seu dever e o seu papel e que esta questão ridícula, inescrupulosa até, essa briga existente da polícia civil com a polícia militar, deve ser colocado um fim terminantemente para que a população não tenha o dissabor de ficar assistindo as pendengas entre a polícia civil, a polícia militar, greves totalmente injustificáveis e não ter a segurança e o conforto de uma polícia que possa lhe propiciar a tranquilidade. Por isso é que eu estou ouvindo atentamente seu pronunciamento, acho que nossa Casa, nós temos que começar também a discutir aqui, porque inevitavelmente nós teremos a função de também aqui no Paraná, discutir profundamente a alteração das finalidades da polícia militar e da polícia civil.

O SR. SERGIO SPADA - Agradeço o aparte brilhante de V.Exa, e realmente, Deputado Nereu Moura, nós temos 17 mil homens na polícia militar no Estado do Paraná, 3.500 deles no Corpo de Bombeiros, significa isso aproximadamente 10% do quadro funcional do Governo do Estado do Paraná, e essa é uma tarefa que nos cabe discutir a função, a atuação, comportamento, salário da polícia militar. É por isso que essa discussão que eu trago hoje à Casa, acredito que deve ser aprofundada, inclusive por pessoas que conhecem mais do que eu, do setor como é o nosso, companheiro Deputado José Tavares. O fato é que, aquilo que eu falei, acredito piamente a polícia militar do Brasil, não só do Paraná, a partir desse momento que nós estamos vivendo hoje historicamente não será mais a polícia militar do futuro.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Sergio Spada, quero lhe cumprimentar por trazer essas informações, esse debate ao Plenário da Assembleia. Estamos acompanhando com interesse e com muita atenção o encontro de Foz do Iguaçu, vamos aguardar a edição da Carta de Foz do Iguaçu, para que possamos tomar conhecimento do inteiro teor das propostas, sugestões dos comandos de polícias militares de

tudo o país, e dentro daquilo que colocou também o Deputado Nereu Moura, da necessidade de as Assembleias Legislativas começarem a discutir esse assunto, nós já estivemos conversando com o Deputado José Tavares na semana passada, em cima de uma proposta que está sendo conduzida pela União Nacional dos Legislativos Estaduais, que é a entidade que congrega todos nós Deputados Estaduais no Brasil e a todas as Assembleias Legislativas. Por proposta da Unale, no dia 1º de setembro estará acontecendo 5 reuniões envolvendo a Assembleia Legislativa, uma em cada região do país, norte, nordeste, centro-oeste, aqui na região sul e na região oeste. Então nós teremos 5 reuniões, aqui nosso caso está sendo sugerido que aconteça em Curitiba, com a presença de Deputados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Estamos aguardando apenas a chegada da proposta de pauta para este reunião, que a União Nacional dos Legislativos Estaduais está elaborando, já conversei com o Deputado José Tavares, pretendo conversar com o Deputado Alborghetti, com o Deputado Ricardo Chab em especial, para que eles em nome da nossa Assembleia Legislativa coordene os trabalhos de organização, de divulgação e enfim de execução desse dia de debates aqui na nossa Casa sobre a questão de segurança pública. Era essa a informação que queria fazer em acréscimo ao seu pronunciamento.

O SR. SERGIO SPADA - Obrigado Deputado Pessuti, a UNALE certamente é o fórum adequado para fazer esses debates a respeito do papel da polícia militar até porque, vai sobrar certamente uma série de tarefas e atribuições para os governos estaduais, para o funcionamento da polícia militar na sequência.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PPB, PMDB, PL, Liderança do Governo.  
(Todos declinam).  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Remy Borsatto, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Milton Puppio, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 3 (três) de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Sâmils da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio.-

to.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, gostaria de usar rapidamente a tribuna para solicitar aos nobres Pares desta Casa e ao seu Presidente, a atenção sobre um certo "perigo", de um projeto de lei que está tramitando em Brasília, e gostaria de pedir à Presidência desta Casa, uma moção contrária para que seja vista com mais detalhamento e com mais cuidado, o Parecer nº 363 de 97, que é a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 62 de 95, é o Substitutivo do Projeto 1.164 de 91, da mesma Casa de origem, e a normatização da questão da poluição, da qual nós somos plenamente favoráveis, porém existe um artigo Senhor Presidente, o artigo 66, que tem o endereço certo, quando este projeto de lei entrou na Casa não havia esta lei, mas uma senadora lá daquela região do Acre colocou um substitutivo perigoso aqui, que nós gostaríamos que fosse reavaliado pelos Deputados Federais, pelo Senado. O artigo diz o seguinte, Senhores Deputados, gostaria que vocês me acompanhassem, porque isto aqui vai acabar trazendo implicância a todos os segmentos da nossa sociedade.

Diz aqui: "Produzir sons, ruídos ou vibrações em desacordo com as prescrições legais ou regulamentares ou desrespeito às normas sobre emissão de ruídos e vibrações resultantes de quaisquer atividade, pena, detenção de 3 meses a um ano e multa".

Artigo 67, olha lá o problema:

"Construir, reformar, ampliar e instalar, fazer funcionar qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores sem licença ou autorização dos Órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes,

- Pena: detenção de 01 (um) a 3 (três) anos mais multa.

E num dos Artigos, aqui a respeito das multas, diz que a multa vai desde R\$ 500 Reais a R\$ 50 milhões de Reais.

Senhores Deputados, gostaria de fazer esta moção contrária solicitando a Mesa desta Casa para que esta moção saia da Mesa para o nosso Congresso pela nossa preocupação, porque isso vai trazer implicações ruins a todos os nossos segmentos, não somente Igrejas, porque aqui, inclusive, diz que a multa é dobrada sendo a partir das 08 (oito) horas de domingo. Ora! Nós sabemos que as Igrejas Pentecostais são de fato um pouco ruidosas, mas nunca ultrapassando o limite tolerável e nunca ultrapassando o período das nove e meia, dez horas, no domingo. Essa lei aqui tem endereço certo, e nós gostaríamos de contrariar, porque isso aqui pode trazer inclusive prejuízos, até aos Partidos Políticos que fazem reuniões, trazem dificuldades também a todas as outras Igrejas Católicas, bingos. Enfim até para comércios, acabaram tendo prejuízos, porque qualquer autoridade poderá, usufruindo dessa lei aqui, trazer prejuízos a todos os segmentos.

Então, gostaria de pedir ao Senhor Presidente, aos nobres pares...

O Sr. **Péricles Mello** - Quero manifestar a minha solidariedade ao seu pronunciamento. Entendo também que é uma forma de discriminação, uma lei desse tipo, e concordo com os seus argumentos. O Senhor tem a solidariedade do nosso Partido contra essa lei, Deputado.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Muito obrigado, Deputado **Péricles Mello**.

Só gostaria de pedir aos nobres companheiros que assinassem conosco esta solicitação, pediria desde já a aprovação deste nosso pedido de moção para que o Congresso Nacional e a Câmara Federal...

O Sr. **Edno Guimarães** - Deputado Hidekazu Takayama, também quero me somar a sua moção, sou favorável. Acho que eles estão complicando, se este projeto for aprovado da maneira como está indo, e vai prejudicar de fato todos os segmentos da nossa sociedade, desde as Igrejas, qualquer trabalho que se fizer no território nacional terá que passar por esta filtragem, o que é impossível isso af funcionar.

Então, acho que nós temos que estar atentos e cobrar

dos nossos Deputados Federais que tenham cuidado para não ser aprovada uma lei tão berrante quanto a essa.

Muito obrigado.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Eu que agradeço nobre companheiro **Edno Guimarães**.

Senhor Presidente, só para concluir, Gostaria de dizer aos nobres companheiros que eu sou amplamente favorável a que haja uma normatização com relação à poluição em todos os aspectos ou qualquer organização que venha a poluir o nosso Meio Ambiente. Mas, na questão da sonorização, acho que a coisa tem que ser mais detalhada para não aprovarmos uma lei que depois acaba se transformando numa faca de dois gumes e que venha prejudicar toda a nossa sociedade.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 360/96, de autoria do Deputado **Luiz Accorsi**, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. **Marcello Afêssio**. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 120, de 13.08.96).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 158/97, de autoria do Deputado **Renato Adur**, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Ilustríssimo Senhor **Leopoldo Scherner**. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 50, de 15.04.97).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 327/97, de autoria do Deputado **Anibal Khury**, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paraná Desenvolvimento - IPD, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 113, de 04.08.97).

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 328/97, de autoria do Deputado **Anibal Khury**, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Xadrez, com sede e foro no Município de **Paranaguá**. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 113, de 04.08.97).

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/96, de autoria do Deputado **César Seleme**, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Dr. **Nadim Abrão Andraus**. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/97, de autoria do Deputado **César Seleme**, que cria o Programa de Remoção de Barreiras Arquitetônicas ao Portador de Deficiências - Cidade de Curitiba para todos. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Sobre a mesa, requerimento nº 1804, de autoria do Senhor Deputado **Luiz Claudio Romanelli**, constante do expediente.- **Rejeitado.**

O SR. **LUIZ CLAUDIO ROMANELLI** (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Esta Mesa defere e fará verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Quatro Senhores Deputados aprovam.  
Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte e cinco Senhores Deputados rejeitam o requerimento. **REJEITADO.**



O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Gostaria de proceder a recontagem, Senhor Presidente, acho que não temos vinte e cinco Senhores Parlamentares a favor, embora ache que quem contou, contou errado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa confirma a votação, mas sendo V.Exa. meu afilhado, vou proceder a recontagem.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte e cinco.

Os que aprovam queiram levantar-se.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Excelência, me desculpe, mas contei vinte e um, bem contados vinte e um.

O SR. VALDIR ROSSONI - Requeiro chamada nominal, então, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Não, não quero contagem. Não chamada nominal.

O SR. ÂNGELO VANHONI - É, Inês já está morta, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - É, agora já está morta mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 1776, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. - Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na realidade se trata essa auditoria feita pelo Banco do Estado do Paraná, quando nós aqui na reunião secreta evidenciamos algumas irregularidades na BANESTADO Leasing e ficou até franqueado aos Deputados da Assembléia Legislativa que acompanhasssem esse processo da auditoria lá na BANESTADO Leasing e até agora nenhuma documentação chegou à Assembléia e já está sendo noticiado pela imprensa o final dessa auditoria e a averiguação de todas as responsabilidades por parte de alguns funcionários do Banco do Estado do Paraná.

Então, gostaríamos de obter a documentação vinda desse processo, porque algumas questões estão mal resolvidas. O Presidente do Banco do Estado tem indo à imprensa do Paraná reiteradas vezes e afirmado categoricamente dizendo que o ex-Presidente do BANESTADO Leasing tem responsabilidade pelos atos cometidos na gestão daquela empresa do Banco do Estado e não sabemos o que de fato tem nessa auditoria. Então, queremos saber se o Presidente do Banco do Estado, ou o Secretário, quem está certo. Para que possamos saber quem está certo a respeito dos problemas ocorridos na Leasing seria de bom alvitre que os Deputados tivessem acesso a essa auditoria. Não se trata de sigilo bancário; se trata de uma auditoria a respeito de irregularidades já veiculadas na imprensa através do próprio Presidente do Banco. Então gostaríamos de obter essa informação para que soubéssemos o que de fato realmente aconteceu em relação ao BANESTADO Leasing. Então, é nesse sentido que estamos solicitando que essa documentação seja enviada à Assembléia Legislativa, uma vez que diante de todos os Deputados aqui presentes o próprio Secretário se colocou à disposição para qualquer averiguação de qualquer irregularidade naquela oportunidade. Por isso peço ao Deputado Valdir Rossoni, acredito que o Governo não tenha nada a esconder desse processo, que possa se tornar público, que os Deputados tenham acesso à auditoria no Banco do Estado do Paraná da BANESTADO Leasing.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se. Quatro aprovam. Cinco.

Senhores Deputados que rejeitam o Requerimento queiram levantar-se. Vinte e quatro. Vinte e oito. Há número para votação. Requerimento Rejeitado.

Requerimento nº 1786, de autoria do Sr. Deputado

Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. Em Votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, este requerimento na verdade é o seguinte, o Governo do Paraná desde domingo lançou como se fosse uma blitz em relação à propaganda. Todos os jornais do Paraná estamparam uma página inteira de uma propaganda mentirosa. Quero, Excelência, ser processado se estou sendo injurioso, porque o Governo está mentindo para a população, mente nos comerciais que faz à televisão, que aquele famoso ator da TV Globo, Sérgio Motta Mello, que aliás já serviu até em outros comerciais do Governo do Paraná, quando claro deveria estar transmitindo verdades e não mentiras com aquelas que estamos verificando. Este pedido de informações na verdade é o seguinte: já que o Governo está contando a verdade que o faça por inteiro, o Secretário Nelson Justus, nosso colega, Deputado Estadual desta Casa, que certamente estará inclusive se filiando, demonstrando lealdade ao nosso Presidente, na próxima segunda-feira ao PFL, ele certamente poderá informar quais são as empresas que foram incluídas no programa "Paraná mais empregos", qual o valor dos investimentos, qual o número de empregos que estão sendo gerados. Porque olha, francamente, quatrocentos e oitenta mil empregos que o Governo diz que criou, estou vendo a fila na frente do Palácio Iguaçu dos 159 mil desempregados que temos em Curitiba.

Tirando Presidente Anibal Khury a parte dos desaforos, gostaria de desafiar o líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, a liberar a sua bancada, para que ela vote um requerimento, que trará a verdade, a luz a esta Casa sobre esta mentira que está sendo veiculada nos canais de televisão e nos jornais.

Espero, Sr. Presidente, um governo que gastou cem milhões de propaganda no ano passado, pelo menos pague aos jornais os anúncios que fez. Porque este Governo está com uma mania enorme de mandar fazer as coisas e não pagar. Depois ficam os veículos de comunicação sem poder receber as faturas. Já fica aqui o meu requerimento pedindo que o Secretário da Comunicação pelo menos pague os anúncios mentirosos que fez aos jornais, porque eles estão certamente precisando receber as faturas.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - A encenação foi boa, mas não foi convincente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - A encenação do anúncio também poderá ser boa, mas não ser convincente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, discussão encerrada, relação das empresas que estão investindo no Estado, em que atividades, localização destes empreendimentos. Srs. Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão. Aprovado o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. Cinco aprovam. Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Vinte e cinco rejeitam. Requerimento Rejeitado.

Requerimento nº 1787, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Requerimento nº 1532, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio de dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Emerson Nerone e Pêrciles Mello, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Requerimento nº 1755, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1793 e 1794, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Aprove-



dos. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1798, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1799, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1800, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1803, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1806 a 1810, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1814, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1816, de autoria do Sr. Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1818, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 431 e 467/96, 140, 270, 297, 304, 318, 323 e 324/97.

Levanta-se a sessão.

#### Ata de Comissão:

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Basílio Zanusso, César Seleme, Carlos Simões, José Tavares, Walmor Trentini, Caio Quintana, Duílio Genari, José Maria Ferreira e mais os Deputados Ademar Traiano, Plauto Guimarães, Valdir Rossoni, Luiz Accorsi, Orlando Pessuti, Toti Colaço e Sérgio Spada. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 520/97, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa, do Deputado José Tavares - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 80/97, de autoria do Deputado Ademar Traiano. O Deputado José Tavares requer diligência junto ao autor - DEFERIDO; 03) Projeto de Lei nº 289/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO por já ter recebido a homenagem, do Deputado José Tavares - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 300/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 274/97, de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 318/97, de autoria do Deputado Aníbal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 264/97,

de autoria do Deputado Aníbal Khury. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 08/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 79/97, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 169/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 170/97, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 252/97, de autoria do Deputado João Tecchy Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 188/97, de autoria do Deputado Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 255/97, de autoria do Deputado João Tecchy Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 261/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 270/97, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 431/96, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 321/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 323/97, de autoria do Deputado Aníbal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 313/97, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 309/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 319/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 304/97, de autoria do Deputado Aníbal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 318/96, de autoria do Deputado César Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 310/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 262/97. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 324/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 216/97, de autoria do Deputado César Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 201/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 283/97, do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO à Emenda de Plenário e FAVORÁVEL na forma da emenda anexa do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 11/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 314/97, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Valdir Rossoni; 33) Projeto de Lei nº 315/97, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 34) Projeto de Resolução nº 13/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO. A partir deste momento o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, que faz uma explanação a respeito de prováveis cortes nas verbas destinadas à Saúde no Paraná e que seguiu conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária